



**Alexandra Corina da
Silva Ferreira**

**A Emigração Portuguesa e as Políticas Migratórias
Europeias**



Universidade de Aveiro
2009

Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e
Políticas

**Alexandra Corina da
Silva Ferreira**

A Emigração Portuguesa e as Políticas Migratórias Europeias

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, realizada sob a orientação científica da Doutora Maria Luís Rocha Pinto, Professora Associada da Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas da Universidade de Aveiro.

O júri

Presidente

Prof. Doutor Varqa Carlos Jalali
professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Isabel Maria Brandão Tiago de Oliveira
professor Auxiliar do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Prof. Doutora Maria Luís Rocha Pinto
professora Associada da Universidade de Aveiro

Agradecimentos

Gostaria de começar por agradecer à Professora Doutora Maria Luís Rocha Pinto e à Professora Doutora Maria Cristina do Nascimento Sousa Gomes, por todo o apoio e aconselhamento. Obrigada pela ótima orientação e por todo o interesse que demonstraram sobre este tema. Os debates e as críticas construtivas foram essenciais para o desenvolvimento desta dissertação.

Quero agradecer à minha família, por todos os sacrifícios que fizeram para que tudo isto se tornasse realidade e pelo apoio incondicional. Obrigada pela dedicação.

Aos meus amigos, obrigada pelos sorrisos, em todas as ocasiões.

E por último, ao Daniel, pela paciência, pela dedicação e pela motivação durante todo este processo.

palavras-chave

emigração, políticas europeias, movimentos migratorios,

Resumo

Neste trabalho, propusemo-nos a analisar a emigração portuguesa entre as décadas de 1960 e 2000, com especial atenção para os dados após 1991, ano em que Portugal assinou o Acordo de Schengen.

Para percebermos as mudanças que ocorreram na emigração portuguesa ao longo das décadas, estudamos as políticas migratórias na União Europeia e avaliamos a sua influência nas novas características dos emigrantes portugueses.

keywords

emmigration, european politics, migration flows

abstract

In this paper, we proposed to examine the Portuguese emigration between the 1960s and 2000s, with special attention to the data after 1991, when Portugal signed the Schengen Agreement.

To understand the changes that occurred in the Portuguese emigration over the decades, we studied the migration policies in the European Union and assess their influence on the new features of Portuguese emigrants.

Índice

Índice de Tabelas.....	III
Índice de Gráficos.....	IV
Índice de Siglas	V
 Introdução.....	 1
1. A Emigração e as Teorias das Migrações	5
1.1. Conceitos	5
1.2. Teorias das Migrações	5
1.2.1. As teorias micro e macro-sociológicas	6
1.2.2. Abordagem Económica	8
1.2.3. Abordagem Sociológica	9
1.2.4. A Perspectiva da Transição da Mobilidade	9
1.2.5. Abordagem Política	10
1.2.6. Abordagem Sistémica.....	11
1.3. Limitações das Teorias das Migrações.....	11
2. A Emigração Europeia	13
2.1. Os movimentos migratórios após a 2ª Guerra Mundial	13
2.2. As Migrações Europeias – de 1990 até à actualidade	16
3. A Emigração Portuguesa	22
3.1. Retrato social de Portugal na década de 1960	22
3.2. Emigração Portuguesa nas décadas de 1960, 1970 e 1980.....	23
3.2.1. Emigração Clandestina	25
3.2.2. Destinos dos Portugueses	27
3.3. Os movimentos emigratórios portugueses desde a década de 1990 até à actualidade	30
3.3.1. A emigração em números	31
3.3.2. Destinos dos emigrantes portugueses	35
3.3.3. Composição da emigração portuguesa	37
3.3.4. As migrações após 2003	39
4. Políticas Europeias	42
4.1. A mobilização política para a mobilidade europeia.....	42
4.2. O Espaço <i>Schengen</i>	46

4.2.1.	Criação e Alargamento	46
4.2.2.	Composição e Objectivos	48
4.2.3.	Sistema de Informação de Schengen	49
4.3.	As migrações na legislação europeia	51
4.4.	A evolução das políticas migratórias na UE	54
5.	Reflexão sobre a relação entre as políticas migratórias europeias e a emigração portuguesa	56
5.1.	As características da emigração portuguesa nas décadas de 1960, 1970 e 1980	56
5.2.	A entrada na UE e no Espaço <i>Schengen</i>	57
5.3.	As características das emigração portuguesa entre 1991 e a actualidade.....	58
	Conclusão	62
	Bibliografia.....	64
	ANEXOS	69

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Estimativa dos Saldos Migratórios 1950-1989 na Europa e na América do Norte (em milhares).....	15
Tabela 2 – Repartição proporcional de Imigrantes em alguns países europeus, em 1992, segundo a região de origem	18
Tabela 3 – Emigrantes e Taxa Bruta de Emigração segundo o ano de saída; total do país (1960 a 1969)	24
Tabela 4 – Emigrantes e Taxa Bruta de Emigração segundo o ano de saída; total do país (1970 a 1979)	24
Tabela 5 – Emigrantes e Taxa Bruta de Emigração segundo o ano de saída; total do país (1980 a 1988)	25
Tabela 6 – Emigração para França (1960-1969).....	26
Tabela 7 – Emigração para França (1970-1979).....	26
Tabela 8 – Comparação dos valores da emigração da SECP e das estatísticas alemãs (1960 – 1980)	28
Tabela 9 – Número de Emigrantes por Sexo e Tipo de Emigração (1992 – 2003).....	34
Tabela 10 – Saldo Migratório, Saldo Natural, Taxa de Crescimento Migratório (%) e População estrangeira (2003 – 2008)	40
Tabela 11 – População estrangeira a residir ou permanecer de forma legal em Portugal.....	40
Tabela 12 – Cronologia de acontecimentos relevantes na União Europeia entre 1985 e 2008.....	45
Tabela 13 – Cronologia da evolução do Espaço Schengen entre 1985 e 2007.....	47

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Imigrantes por origem, UE-27, em 2006.....	20
Gráfico 2 - Principais países de destino da Emigração segundo o tipo, 2003 (%).....	36
Gráfico 3 – Emigrantes segundo nível de ensino, 2002.	38

Índice de Siglas

ACIDI	Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
AUE	Acto Único Europeu
CE	Comissão Europeia
CIEJD	Centro de Informação Europeia Jacques Delors
EM	Estado Membro
ESN	Erasmus Student Network
INE	Instituto Nacional de Estatística
IMMS	Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
SECP	Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SIS	Sistema de Informação Schengen
TBE	Taxa Bruta de Emigração
TCM	Taxa de Crescimento Migratório
UE	União Europeia

Introdução

No âmbito da Dissertação de Mestrado em Ciência Política, iremos desenvolver a relação entre a emigração portuguesa e as políticas migratórias europeias. A escolha desta temática baseou-se numa tentativa de reavivar a questão da emigração em Portugal, enquadrando-o no contexto europeu. Com esta dissertação pretendemos conhecer as alterações ocorridas na emigração portuguesa, especialmente após a década de 1990. A escolha deste limite temporal deveu-se à conjugação de razões: por um lado, a entrada de Portugal na União Europeia (UE) em 1986, e por outro, a assinatura, em 1991, do Acordo de Schengen. Assim sendo, a integração do nosso país na realidade europeia, leva-nos a questionar a influência que estes acontecimentos na emigração portuguesa.

Num país com uma enorme tradição nos movimentos migratórios de saída, assistimos, durante a década de 1990, à consagração do movimento contrário: a imigração. Contudo, o facto de nos tornarmos num país de imigração não acabou com a nossa condição de país de emigração. Este novo fenómeno na nossa realidade fez com que a emigração se secundarizasse nos estudos migratórios. “A produção científica e a opinião pública acompanharam o aparente declínio de fluxos, deixando de se interessar pelo tema de novas saídas” (Peixoto, 2004b: 2). Desta forma, Portugal passou de um país historicamente emigrante, para um país onde se lida com as duas realidades migratórias, “à semelhança do que sucede com mais de um quarto dos países à escala planetária, Portugal tornou-se, nas últimas décadas, num país simultaneamente de origem e destino de fluxos migratórios” (Vitorino, 2007:19).

Após a entrada de Portugal na UE, em 1986, assistimos a variadíssimas alterações e a um esforço para superarmos problemas e atrasos, que derivaram de uma longa ditadura. Se analisarmos a evolução portuguesa, apesar de todos os problemas e dificuldades ainda hoje presentes, poderemos encontrar profundas mudanças positivas no campo da saúde, da educação ou da protecção social. Ao mesmo tempo, novas possibilidades se abriram, tornando-se Portugal num país com novas perspectivas e com uma forte ligação à Europa. Fazer parte da União Europeia trouxe consigo políticas, de um nível acima do próprio governo de Portugal, com todos os seus pontos positivos e negativos.

Estas novas políticas vêm facilitar a mobilidade de pessoas, não só na UE, mas também num espaço mais amplo que a própria UE, o Espaço *Schengen*. Ao combinarmos esta abolição de fronteiras com o historial de emigrações, de relações e redes familiares (e de amizade) que ainda

se mantêm, iremos tentar obter interligações, assim como as respostas necessárias para compreender a emigração portuguesa nos últimos anos.

Questão de investigação

Após a enunciação das razões e a pertinência do tema, passamos à questão central de investigação: “Qual o impacto das políticas europeias na evolução da emigração portuguesa?” Esta questão encerra três pontos fundamentais, que vamos enumerar:

- 1) Caracterização da evolução da emigração portuguesa no contexto europeu: Pretende-se contextualizar a evolução da emigração portuguesa, isto é, olhá-la não só como um fenómeno de um país, mas como parte integrante de um universo mais alargado. Assim sendo, é preciso conhecer os movimentos migratórios europeus, para podermos comparar e enquadrar os movimentos portugueses. Iniciaremos o nosso estudo nos anos 1960, quando a emigração portuguesa se redirecciona como intra-europeia, procedendo-se à análise desde o seu início até à actualidade, com especial atenção para os dados após 1991, ano em que Portugal assina o Acordo de Schengen. Contudo, os resultados práticos deste Acordo surgiram um pouco mais tarde, em 1995. Ao optarmos por analisar os dados após 1991, estamos a incluir um período importante, onde se inserem os preparativos para esta nova medida e as expectativas em relação ao Espaço *Schengen*.
- 2) Caracterização das principais políticas europeias: Para percebermos o contexto em que Portugal se enquadra, é necessário conhecer as principais políticas europeias. Iremos dar uma perspectiva geral dos rumos das políticas migratórias europeias, analisando a sua evolução ao longo dos anos, identificando o seu grau de permissividade ou restrição. Contudo, maior atenção será dada aos anos mais recentes, abordando-se, de uma forma mais específica, os resultados da criação do Espaço *Schengen*.

- 3) Análise ou relação entre as políticas europeias e a evolução da emigração portuguesa:
- A terceira parte propõe-se unir os dois pontos anteriores, para compreendermos se existe ou não, e em caso afirmativo, como funciona, a relação entre as políticas migratórias europeias e os acontecimentos na emigração portuguesa. Proceder-se-á a uma análise e de acordo com os dados disponíveis responderemos à questão de investigação proposta para esta dissertação.

Estrutura da Dissertação

A dissertação será compreendida por cinco partes distintas, que serão divididas da seguinte forma:

- 1) O conceito de emigração e as teorias das migrações;

Neste primeiro ponto desenvolveremos o suporte teórico para o estudo, abordando os conceitos básicos das migrações que irão ser tratados ao longo do texto, assim como teorias que se destacam nesta área. Serão analisadas as principais questões que se debatem nas teorias das migrações, mostrando as diferentes perspectivas não só para explicar porque ocorrem as migrações, mas também como os processos inerentes às migrações se processam.

- 2) A emigração europeia;

Segue-se a análise da emigração europeia, onde apresentamos os seus contornos, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Desta análise pretendemos tomar conhecimento dos principais rumos migratórios europeus, para assim, enquadrar a realidade portuguesa no quadro europeu. Esta análise mostra-nos uma perspectiva mais alargada da realidade migratória, que servirá para explicar alguns dos comportamentos emigratórios dos portugueses.

- 3) A emigração portuguesa;

No terceiro ponto iremos proceder ao enquadramento da realidade migratória portuguesa a partir da segunda metade do século XX, uma vez que foi durante a década de 1960 que esta se tornou maioritariamente intra-europeia (situação que se mantém até aos dias de hoje). Desta forma, irá ser analisada a sua evolução, incidindo com maior pormenor na emigração actual, isto é, após a Assinatura do Acordo *Schengen*, em 1991.

4) Políticas europeias;

Neste capítulo analisaremos a evolução das políticas migratórias europeias ao longo dos anos, e a importância que este tema foi despertando na UE. O grau de permissividade ou restrição das políticas influencia claramente os movimentos migratórios europeus. O Espaço Schengen terá um lugar de destaque nesta dissertação, pelo seu papel central na mobilidade europeia. Desta forma, tentaremos compreender qual a posição tomada pela UE nas questões migratórias, e como se procederam os esforços para a criação de uma política migratória comum.

5) Reflexão sobre as relações entre as políticas migratórias europeias e a emigração portuguesa.

No último capítulo, procederemos a uma reflexão sobre os vários pontos desenvolvidos anteriormente. Nesta síntese, iremos assinalar as características mais marcantes da emigração portuguesa após 1991 e analisar a sua relação com a evolução das políticas migratórias europeias. Procuraremos, assim, identificar as razões que levaram às mudanças ou à manutenção de algumas características ao longo das décadas.

Metodologia

Esta dissertação procura reunir a exposição dos assuntos relevantes para contextualizar a questão central de trabalho. Para tal, foi preciso proceder a uma pesquisa bibliográfica alargada e a diferentes fontes de informação, que incidiram sobre os diversos temas aqui tratados, com o objectivo de completar a visão sobre a relação entre as políticas europeias e a emigração portuguesa. Uma vez que nos encontramos a tratar questões demográficas, é imperativo que os argumentos sejam sustentados por dados estatísticos sobre as populações e os seus movimentos. Tais dados, com a devida contextualização e análise, servirão de base às respostas que se pretendem alcançar com esta dissertação.

Uma vez reunida a informação necessária, entre dados bibliográficos e estatísticos, proceder-se-á à análise comparativa destes, em diferentes períodos de tempo. De uma forma geral, será com esta análise comparativa que esperamos chegar às conclusões sobre a problemática em análise e descobrir como é composta a emigração portuguesa hoje em dia, e qual a relação existente entre ela e as políticas migratórias europeias.

1. A Emigração e as Teorias das Migrações

1.1. Conceitos

Para compreendermos o verdadeiro significado dos conceitos que iremos desenvolver ao longo da dissertação, é essencial defini-los e explicá-los, para depois podermos passar ao relacionamento destes. Passaremos depois a uma breve explicação do que foi a abordagem das migrações através da perspectiva científica e a evolução do seu estudo, no sentido de perceber o seu contributo para uma melhor compreensão do processo migratório.

Segundo Matos (1993:2) migrar traduz-se em movimentos populacionais, que podem ter diferentes durações e magnitudes, a que podemos acrescentar que a migração “designa o cruzamento da fronteira de uma unidade política ou administrativa por um certo período mínimo” (Boyle *et al*, 1998 citado por Castles, 2005:16). Uma das dimensões é a emigração, comportamento que será o centro do estudo feito nesta dissertação. Segundo o INE (2006), um emigrante permanente traduz-se por “pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, tendo permanecido no país por um período contínuo de pelo menos um ano, o deixou com a intenção de residir noutro país por um período contínuo igual ou superior a um ano”, enquanto o emigrante temporário reúne estas qualidades, mas deixa o país por um período inferior a um ano (INE, 2006). Para além da definição e da delimitação das migrações, outra questão fundamental é saber o que a impulsiona: a decisão individual ou as forças estruturantes. Este tem sido um debate central das teorias das migrações, que se desdobram em diferentes abordagens sobre o tema e que serão a seguir abordadas.

1.2. Teorias das Migrações

A emigração e as migrações em geral, nem sempre constituíram um objecto central de análise, uma vez que o seu estudo era feito como complemento de várias ciências e disciplinas como a Economia, a Sociologia ou a Geografia. Na verdade, “o tema das migrações foi largamente ignorado pelos autores clássicos das principais ciências sociais, no período histórico em que estas se constituíram e consolidaram” (Peixoto, 2004a: 3). No entanto, quando as migrações começaram a fazer parte de alguns estudos, não eram tratadas como um tema autónomo, como

o caso da educação ou do trabalho (Peixoto, 2004a). Segundo Sasaki e Assis (2000: 3-4), as migrações só começaram a ser estudadas de uma forma mais específica, por investigadores americanos, após se terem tornado num problema nos EUA, uma vez que anteriormente eram meramente vistas como uma das etapas do desenvolvimento do capitalismo.

Porém o desenvolvimento do estudo das migrações nas várias ciências (principalmente a Sociologia e a Economia), deram um grande contributo para o que hoje conhecemos como as teorias das migrações. Através de fundamentações que, pelo lado económico, se baseiam em escolhas individuais, e pelo lado sociológico, se apoiam em forças sociais estruturantes, são construídas diversas teorias, que têm como objectivo comum perceber os movimentos das populações. O início do estudo das migrações está associado ao Modelo de Ravenstein, que surgiu no final do século XIX. Este estudo, apresentado por Edward Ravenstein e denominado inicialmente como “The Laws of Migration”, enquadra-se na corrente individualista, onde “a decisão de migrar é apresentada como um processo racional que responde às forças que a impelem por forma a minimizar o desconforto (ou a maximizar o bem estar – a solução do problema dual é idêntica)” (Matos, 1993:5). Este modelo, de cariz maioritariamente económico, baseou-se num estudo empírico sobre as migrações, tendo a Inglaterra como pano de fundo, concluindo que as principais razões para migrar eram económicas e a maior parte destes movimentos faziam-se das zonas agrícolas para os centros comerciais e industriais (Zlotnik, 2003:55).

O Modelo de Ravenstein foi o primeiro degrau para as teorias das migrações, dando lugar a muitas outras teorias, com diferentes ópticas sobre este mesmo assunto sendo que *“aujourd’hui, au début du XXI^e siècle, il n’existe toujours pas de théorie générale de la migration”* (Zlotnik, 2003:55). Nos próximos pontos iremos tratar esta questão através de algumas perspectivas de diferentes autores, para uma melhor compreensão do que são as teorias e quais as razões e variáveis que as distinguem.

1.2.1. As teorias micro e macro-sociológicas

As teorias dividem-se essencialmente (e de uma forma global), face a dois factores para a decisão de migrar: a escolha individual e as forças sociais estruturantes. Isto é, “a coexistência de explicações sociológicas de tipo “micro” – como as que envolvem o processo racional de tomada de decisão – e de tipo “macro” – como as que referem a existência de “forças” que impelem a migração” (Peixoto, 2004a: 8). As teorias micro-sociológicas privilegiam o papel do agente individual e, apesar de outras condicionantes que possam surgir, a verdadeira decisão para a

mobilidade caberá à racionalidade do indivíduo. Por outro lado, temos as teorias macro-sociológicas, onde é defendida a existência de forças colectivas ou estruturantes, que irão por sua vez condicionar as decisões dos agentes sociais. No entanto, apesar de estas designações serem maioritariamente aceites, podemos encontrar outras definições.

Dentro da decisão individual para migrar, isto é das teorias micro-sociológicas, Peixoto (2004) ressaltar três modelos ancorados nesta concepção: os modelos de *Push-Pull*, do Capital Humano e do Ciclo de Vida e Trajectória Social. No primeiro caso, os modelos *push-pull*, a opção assenta nas escolhas racionais feitas pelo “*homo economicus*”, sendo ele o principal responsável pela mudança, seguindo a linha do pensamento económico neo-clássico, dando como justificação para migrar a procura de uma melhoria da situação económica do indivíduo. No curso deste raciocínio está a teoria do Capital Humano, teoria esta que acrescenta o conceito de investimento à equação. As relações custo/benefício ponderadas pelo agente social (ou pela sua família) têm de ser vistas a médio e longo prazo, isto é, mesmo que a curto prazo os custos sejam grandes, são compensados a longo prazo se os seus rendimentos forem maiores. Por último, o autor salienta o Ciclo de Vida e a Trajectória Social, “uma perspectiva mais directamente sociológica do estudo micro das migrações apresenta uma natureza, sobretudo, biográfica” (Peixoto, 2004a:17). Nesta perspectiva é estudado o ciclo de vida, seja ele individual ou familiar, assim como a trajectória de mobilidade social, e a relação destas com a mobilidade territorial. Tal como as teorias anteriores, concorda-se com a ideia de um agente racional, que faz as suas escolhas, apesar de todos os elementos tradicionalmente sociológicos, e não económicos, como a família ou os grupos sociais, estarem presentes nesta perspectiva.

Por outro lado, temos as teorias que argumentam que as razões para migrar não dependem unicamente da vontade individual, mas sim de forças sociais estruturantes, que denominamos como teorias macro-sociológicas, sendo que “as teorias (...) macro-sociológicas distinguem-se, no essencial, por privilegiar a acção de factores do tipo colectivo, ou estruturante, que condicionam, sob formas diversas, as decisões migratórias dos agentes sociais” (Peixoto, 2004a:22). Dentro desta nomenclatura, este autor define três tipos de teorias: o Mercado de Trabalho Segmentado e a Economia Informal; Estruturas Espaciais, Sistemas-Mundo e Sistemas Migratórios; e por último, Instituições, Redes Migratórias, Laços Étnicos e Sociais.

A teoria do Mercado Segmentado e a Economia Informal defende que existem atracções específicas para as migrações internacionais, nomeadamente os mercados informais. Estes mercados são normalmente pouco atraentes para os nacionais, o que abre portas a emigrantes vindos de países menos desenvolvidos. Desta forma, sustenta-se a ideia de que as correntes

migratórias se relacionam mais com as estruturas económicas, que as impelem, e menos com as necessidades individuais.

O segundo tipo de teorias, cuja tónica reside nas Estruturas Espaciais, Sistemas-Mundo e Sistemas Migratórios, defende uma relação entre a economia e a geografia, que eventualmente explicará a mobilidade migratória. Este grupo de teorias têm como base a variável espaço e procuram explicar o desenvolvimento de alguns territórios.

Segundo Peixoto (2004a:25), as Estruturas Espaciais são de inspiração marxista e com esta teoria procura-se determinar uma relação entre as estruturas espaciais e as relações sociais. Quanto às teorias dos Sistemas-Mundo, o autor salienta o texto de Petras (1981) como uma das principais referências nesta área. Para esta autora, o capitalismo moderno provocou a criação do “mercado de trabalho global”, sendo que a razão central para as migrações ocorrerem é o facto de existirem zonas salariais diferentes no mundo, com distintos tipos de atracção, normalmente dirigindo-se da periferia para o centro. Por último, temos os Sistemas Migratórios, onde se crê que “os fluxos migratórios são resultantes de contextos históricos particulares e adquirem uma dinâmica interna que lhes confere as características de um sistema” (Peixoto, 2004a: 27), apontando a especificidade que algumas realidades podem ter e que por vezes se perdem em generalizações.

1.2.2. Abordagem Económica

No âmbito desta abordagem encontramos: as teorias Neoclássica e a Nova Economia das Migrações; a Economia da Migração Familiar; Mercado de Trabalho Segmentado e Sistemas-Mundo. A teoria neoclássica baseia-se nos factores económicos e no trabalho, acreditando que a diferença entre os rendimentos adquiridos nos diferentes países, faz com que as pessoas procurem migrar para os locais onde os salários são mais elevados (Zlotnik, 2003:56). Porém, é muito fácil perceber que esta teoria falha e está limitada em muitos aspectos, tais como “*son incapable à prendre en compte l’environnement politique et économique international, tout comme les effets économiques à l’échelle nationale et les décisions politiques qui influencent les décisions individuelles de migrer ou non*” (Papademetriou e Martin, 1991 citados por Zlotnik, 2003:57). Estes limites levaram à criação da Nova Economia das Migrações, onde se passa a admitir que as decisões são tomadas colectivamente (por exemplo, em família), como também assume que estas não visam apenas e unicamente a maximização dos rendimentos, mas também podem ter em vista, a minimização dos riscos ou de outros problemas associados ao seu local de origem (Stark, 1991 citado por Zlotnik, 2003:58). A Economia da Migração Familiar traz consigo a

questão do peso da família, para a decisão de emigrar, adoptando uma abordagem mais chegada aos casais e na coerência necessária entre as estratégias destas duas pessoas, e consequentemente, entre as demais pessoas deste agregado. Quanto à teoria do Mercado de Trabalho Segmentado, esta tem a especificidade de, apesar de ter uma abordagem económica, Zlotnik (2003) a definir como do tipo macro, e *“résulte d’une demande permanent de travailleurs étrangers, inhérents à la structure économique des pays développés”* (Piore, 1979 citado por Zlotnik, 2003:60). Por último temos a teoria dos Sistemas-Mundo, também de tipo macro, e de influência neo-marxista, fundamenta que as origens das migrações se podem encontrar nos desequilíbrios institucionais introduzidos pela intervenção do Estado no sistema capitalista mundial (Zlotnik; 2003:63). Esta autora, assim como Peixoto (2004a), define esta teoria como do tipo macro, porém enquadra-a na abordagem económica.

1.2.3. Abordagem Sociológica

A abordagem sociológica aborda essencialmente dois modelos: os modelos *Push-Pull* e as Redes (Zlotnik, 2003:64). Nos modelos de atracção-repulsão, existem pontos positivos, normalmente associados aos locais de destino, e pontos negativos, usualmente ligados ao local de origem. Porém, *“tant la zone de départ que la zone d’arrivée sont caractérisées par un ensemble de facteurs positifs, ou forces d’attraction ou de rétention (pull factors), et de facteurs négatifs ou forces of répulsion (push factors)”* (Zlotnik, 2003:64). Será a diferença entre os pontos positivos e negativos, que nos darão a probabilidade de migrar. Por outro lado, esta abordagem foca o importante papel das Redes, enquanto forma de transmissão de informação e de apoio, aquando a decisão de migrar. A existência de familiares ou amigos nos locais de destino é um ponto muito importante nas decisões, uma vez que estes podem facilitar o período inicial através de alojamento, ajuda financeira ou aconselhamento, por exemplo (Zlotnik, 2003:65).

1.2.4. A Perspectiva da Transição da Mobilidade

Wilbur Zelinsky (1971), tendo como base a relação entre modernização e a transição demográfica, criou a Transição da Mobilidade, aplicada aos movimentos migratórios. Este autor define cinco tipos diferentes de migrações: 1) migrações internacionais; 2) migrações fronteiriças; 3) as migrações das áreas rurais para as áreas urbanas; 4) as migrações entre cidades e intra-urbanas; 5) um conjunto de migrações a curto-prazo a que chamou *“circulação”* (tipo este, que pode aumentar com a modernização dos meios de transporte) (Zlotnik, 2003:66;67). Segundo Zelinsky (1971), citado por Zlotnik (2003) será a melhoria e o desenvolvimento dos meios de

transporte que ditarão se a migração irá acontecer ou não. Desta forma, as pessoas que têm acesso a mais meios de transporte (e mais desenvolvidos), poderão optar por permanecer na sua residência original, se tal não for o caso, estes deverão migrar (Zlotnik, 2003:67). “Este autor tentou, através de um modelo de evolução, explicar de que modo as diferentes sociedades humanas passam de estádios mais primitivos para formas mais avançadas de mobilidade, incluindo os tipos recentes de «circulação» e «mobilidade virtual» ” (Peixoto, 2007:446).

Como qualquer outro modelo, este também apresenta as suas falhas. Segundo Skeldon (1997) citado por Zlotnik (2003:67), Zelinsky supõe que quase não existiria mobilidade nas sociedades pré-modernas, facto esse que não se comprova. Por outro lado, e seguindo a base da transição demográfica, o autor define o processo de modernização como unilinear, supondo que o desenvolvimento de um país se faz com níveis sempre crescentes. Mas tal como acontece com a transição demográfica, não existe um meio único de esta acontecer. Acrescentando o facto de estarmos perante migrações, movimentos mais variáveis, não é correcto supor que estas acontecem de igual forma em contextos de desenvolvimento diferentes entre si (Zlotnik, 2003:67).

1.2.5. Abordagem Política

O contributo da Ciência Política para as migrações é feito de uma forma inversa aos demais modelos. Ao invés de se perguntar porque migram 5% da população mundial, questiona-se sobre o facto da maior parte das pessoas decidirem não migrar, escolhendo viver no mesmo sítio grande parte da sua vida. Este estudo invoca o papel do Estado, isto é, o seu poder para criar leis que favoreçam os emigrantes na sua entrada no país, ou pelo contrário, a possibilidade de levantar diversas barreiras, que dificultem os movimentos migratórios (Zlotnik, 2003: 68). As questões em que o Estado pode intervir estão no fornecimento de vistos, ou nas concessões de nacionalidade, no acesso à Segurança Social, ou até mesmo a separação física entre os emigrantes e a sociedade. (Zlotnik, 2003:69)

Apesar de aparentemente se tratar de um estudo do tipo macro, é também visualizada a componente micro pois defende que *“la migration internationale doit être ainsi associée à une tension fondamentale entre les intérêts individuels et les intérêts nationaux”* (Zlotnik, 2003: 68).

1.2.6. Abordagem Sistémica

A abordagem Sistémica foi criada *“afin de combiner ces différents approches tout en reconnaissant qu’il existe une grande interdépendance entre les expériences migratoires des pays d’origine et celles des pays de destination”* (Zlotnik, 2003:70). Esta abordagem propõe-se ligar alguns modelos anteriores, criando uma sequência entre eles.

Esta abordagem baseia-se em cinco premissas: 1) a migração propõe a existência de um “espaço unificado”, onde é possível englobar o local de origem e o local de destino; 2) a migração não é um processo único e independente, ele está interligado com outros processos históricos, onde encontramos especificidades económicas, culturais e políticas; 3) a migração é evolutiva e transformável, criando novas características que a irão modificar em relação ao processo inicial; 4) o Estado tem um papel crucial, uma vez que cria políticas específicas para controlar os fluxos migratórios; 5) é necessário identificar os mecanismos, através dos quais, as forças macro se traduzem em determinantes da migração do tipo micro (Zlotnik, 2003: 70).

Esta abordagem pretende interligar as várias questões e variáveis apontadas pelas diversas teorias, pois “em um contexto onde o mundo se torna cada vez mais interconectado, os movimentos populacionais internacionais podem ser vistos naturalmente como complementares a outros fluxos e trocas entre certos países” (Kritz e Zlotnik, 1992: 1 citados por Fazito, 2002).

1.3. Limitações das Teorias das Migrações

No desenvolvimento das teorias e abordagens às migrações é possível distinguir algumas falhas nestes estudos. Segundo Cristina Matos (1993), a maioria das teorias precisa de estabelecer um compromisso entre a decisão individual (e a influências das estruturas sociais de que faz parte, na sua resposta) e as condicionantes exteriores, “como diria Marx, são os homens que fazem a sua própria história, mas não nas condições por eles escolhidas” (Matos, 1993:19). A autora refere a importância do estudo dos grupos e das suas especificidades, ao invés de explicações generalistas, que normalmente não englobam as particularidades dos diferentes grupos, assim como a importância da família para a tomada de decisão. A evolução no estudo das teorias das migrações tem colmatado algumas destas falhas, apesar de se mostrar especialmente difícil reunir todas estas condições numa única teoria. Porém, são estas discrepâncias entre as

teorias que as fazem ser estudadas, debatidas e aperfeiçoadas, levando-nos a novas perspectivas sobre as migrações.

2. A Emigração Europeia

2.1. Os movimentos migratórios após a 2ª Guerra Mundial

Quando em 1945, se deu como terminada a Segunda Guerra Mundial, o cenário europeu era devastador. Calcula-se que *“au total, quelque 30 000 000 personnes ont été “déplacées” à travers l’Europe pendant la guerre et l’immédiat après-guerre”* (Durand, 1997: 923). A Europa Ocidental sofreu seriamente com a Guerra, encontrando-se parcialmente destruída e financeiramente dependente dos Estados Unidos da América. No entanto, foi a necessidade de se reconstruir e reerguer que levou à modificação da dinâmica migratória. Nos países do Sul da Europa, um pouco distanciados destes acontecimentos (Portugal declarava-se neutro), a realidade, apesar de bem diferente, não era especialmente fácil, caracterizada pelo subdesenvolvimento, pobreza e escassas oportunidades para inverter esta situação. No caso português e espanhol podemos apontar como factor decisivo para este atraso generalizado as ditaduras vigentes na altura, o regime salazarista e franquista respectivamente. A conjugação de todas estas circunstâncias fez com que as migrações se tornassem intra-europeias, maioritariamente no sentido Sul - Norte.

Na Tabela 1, podemos observar a evolução dos saldos migratórios da Europa Ocidental, Estados Unidos e Canadá, entre os anos 1950 e 1989. Nesta tabela encontramos a Europa Ocidental dividida em três zonas: Centro, Norte e Sul. Desta forma, os dados são apresentados primeiro para a Europa Ocidental, sendo depois especificados para cada uma das três das regiões. Penso que é bastante pertinente esta divisão, uma vez que desta forma se tornam perceptíveis algumas das alterações migratórias mais importantes desse período de tempo. A Europa Ocidental e a América do Norte *“ont bénéficié d’un solde migratoire net d’environ 8 millions de personnes pour la première (Guerre Mondiale) et de près de 25 millions pour la seconde”* (Caselli et al, 2003:30). Estes números revelam que, apesar de a emigração intra-europeia se ter reforçado, os Estados Unidos da América e o Canadá continuaram a integrar os destinos emigratórios europeus.

Seguindo a lógica das agregações da Tabela 1, a região Centro da Europa Ocidental (Áustria, Bélgica, França, R.F.A. (até 1991), Liechtenstein, Luxemburgo, Mónaco, Holanda e Suíça), juntamente com o Canadá e os EUA, são as únicas regiões onde o saldo migratório é sempre positivo. Esta foi a zona europeia que mais sofreu as consequências da Segunda Guerra Mundial e

uma vez findado este conflito, procedeu-se à recuperação destes países. Estes factos estão espelhados nos saldos negativos da região Sul (Andorra, Gibraltar, Grécia, Itália, Malta, Portugal, Espanha e Ex-Jugoslávia), na década de 1950 e 1960, onde se encontravam países mais pobres e menos desenvolvidos, mas com a mão-de-obra desejada para os países da região centro. Esta situação altera-se da década de 1970 e de 1980, quando o saldo migratório, embora pequeno, passa a ser positivo. Nestas décadas foram dados passos muito importantes que se demonstram nestes resultados: o fim de ditaduras em três países, Portugal (1974), Grécia (1974) e Espanha (1976). Com a democracia instalada, estes países puderam reaproximar-se da Europa, o que levou estes três países a entrarem na actual União Europeia durante a década de 1980. Esta evolução determinou a mudança nos saldos migratórios, apesar de a emigração continuar a ser uma realidade. Neste patamar de estabilização e desenvolvimento não se encontra a Ex-Jugoslávia, apesar de na Tabela 1 se apresentar como parte da região Sul. De facto, encontrava-se afastada da Europa Ocidental devido ao comunismo vigente de Tito e a outras especificidades, que estiveram subjacentes na desintegração e criação de novos Estados, após uma guerra violenta entre as diferentes etnias e nacionalidades. No caso italiano, *“plus de 5 millions de personnes sont parties en vingt ans, de 1950 à 1970, tandis plus de 3 millions rentraient au pays, et finalement l’émigration nette a été de 2 millions et demi”* (Rosoli, 1978 citado por Caselli et al, 2003:30). Apesar de todos estes países estarem incluídos numa única localização (Sul), pois neles encontramos várias características comuns, existem algumas especificidades que não são possíveis de generalizar, pois corremos o risco de não sermos exactos e justos na sua análise.

Por último temos a região Norte (Islândia, Dinamarca, Finlândia, Irlanda, Noruega e Reino Unido), que apenas apresenta saldo positivo na década de 1980. No entanto, podemos observar que, apesar de ainda se tratar de saldos negativos, houve uma descida significativa do respectivo valor entre a década de 1950 e 1960. Nos dias de hoje, a realidade é bastante diferente, uma vez que estes países se tornaram, maioritariamente, em países receptores.

Na análise da Tabela 1, é importante considerar a crise petrolífera de 1973, uma vez que quando se verifica uma recessão, as medidas tomadas vão normalmente no sentido de limitar as entradas no país:

“nombre de pays développés, pour réagir à la récession économique qui a suivi la crise pétrolière de 1973, ont adopté des mesures restrictives à l’entrée d’immigrants. Mais, dans des pays comme la France, la diminution du nombre d’étrangers a été avant tout le fait de l’augmentation de celui des naturalisations” (Caselli et al, 2003:34)

Estas medidas restritivas tiveram como resultado a diminuição do número de imigrantes em alguns países, segundo Caselli *et al* (2003:34), são disso exemplo a Suíça e a Suécia, onde essa quebra foi registada nos anos 1970, enquanto que em países como a França e o Reino Unido esta situação apenas aconteceu na década seguinte. Quanto a Tabela 1, é possível ver uma descida no saldo migratório da região do Centro (o valor mais baixo apresentado nesta região), exactamente na década de 1970.

Tabela 1 - Estimativa dos Saldos Migratórios 1950-1989 na Europa e na América do Norte (em milhares)

Regiões	1950-1959	1960-1969	1970-1979	1980-1989	1950-1989
Europa Ocidental	-545	1150	2995	4275	7875
Centro ^(a)	3805	4520	2815	3470	14610
Norte ^(b)	-1025	-195	-25	220	-1025
Sul ^(c)	-3325	-3175	205	585	-5710
Canadá e Estados Unidos	4885	4885	9445	5790	24975

^(a) Áustria, Bélgica, França, R.F.A., Liechtenstein, Luxemburgo, Mónaco, Holanda, Suíça;

^(b) Islândia, Dinamarca, Finlândia, Irlanda, Noruega, Reino Unido

^(c) Andorra, Gibraltar, Grécia, Itália, Malta, Portugal, Espanha, Ex-Jugoslávia

(Macura, 1984 em Caselli *et al*, 2003:30)

Apesar de nos centramos com mais pormenor na Europa Ocidental (uma vez que é nesta que se engloba a realidade portuguesa), é importante contextualizar todo o continente, o que inclui a Europa de Leste. Após a Segunda Guerra Mundial estamos perante uma Europa dividida, o leste europeu rege-se pelos princípios comunistas, tendo como figura principal a URSS. No que respeita às migrações, segundo Caselli *et al* (2003: 31), “*l’époque de la guerre froide avait favorisé la consolidation des régimes communistes soviétiques contribuant ainsi, jusqu’à la fin des années 1960, au maintien d’un solde positif en faveur de l’URSS, malgré les départs propres à certains groupes ethniques ou religieux*”. Porém, durante as décadas seguintes, o cenário mostrou-se diferente, com saldos migratórios negativos, um acontecimento comum a todos os países do bloco soviético durante a Guerra Fria, com 700 000 pessoas a deixarem a União Soviética entre os anos 1950 e 1989 (Caselli *et al*, 2003:31).

Em suma, temos perante nós uma Europa heterogénea, com realidades demasiadas díspares para falarmos nela como um todo. O papel que cada uma das regiões assumiu (isto é, mais ou menos restritivo quanto às migrações), assim como o panorama político de cada um dos

países foram fundamentais para o desenrolar dos movimentos migratórios registados entre a década de 1950 e o final da década de 1980 no continente europeu.

2.2. As Migrações Europeias – de 1990 até à actualidade

Após visíveis transformações na dinâmica migratória europeia, durante as décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, passamos agora a analisar um período mais recente. Como seria previsível, a necessidade de emigrantes foi-se completando, levando alguns países a controlar as suas fronteiras e, conseqüentemente, a diminuir o número de entradas no país. Ao mesmo tempo, os países tradicionalmente emissores trabalharam no seu desenvolvimento social e económico, o que se traduziu na diminuição de emigrantes. A chegada da década de 1990 trouxe consigo novos fluxos migratórios, vindos do leste europeu, e novas realidades imigratórias para países tradicionalmente emigrantes.

Verificam-se assim algumas mudanças nas migrações, o que apelou a novas medidas e prioridades europeias. Por um lado, o fluxo de emigrantes vindos do ex-bloco soviético e dos conflitos nos Balcãs sentiram-se principalmente na Alemanha durante o início da década de 1990, por outro, o Sul da Europa debatia-se com a entrada de emigrantes africanos, muitos deles ilegais, que tentavam entrar na Europa tirando partido da proximidade geográfica. Num mundo a caminhar para a globalização, mas ainda com diferenças económicas, políticas e sociais abismais, a Europa passa a debater a questão da imigração, com a consciência da sua delicadeza e susceptibilidade. As razões para tal devem-se à divergência de opiniões sobre o tema e a consequente tensão que cria entre os diferentes países.

Na Tabela 2 podemos ver a repartição de imigrantes, partindo da região de origem, em 1992. É importante referenciar a presença de imigrantes da Europa Ocidental, nas percentagens dos países de destino. Dos onze países referenciados, nove apresentam a percentagem mais alta para imigrantes da Europa Ocidental, de entre todas as regiões apresentadas, o que indica a importância da emigração dentro desta mesma zona europeia. As duas excepções são a França, com uma percentagem de 43,9% para imigrantes de origem africana contra os 22,9% da Europa Ocidental (segundo a legenda desta mesma Tabela, este número poderá ser maior, uma vez que os imigrantes ocidentais não são parcialmente incluídos nas estatísticas), e Portugal, com 51,7% para a América, 29,1% para a Europa Oriental e apenas 12,3% para a Europa Ocidental. Contudo, existe uma falha nos valores atribuídos a Portugal, uma vez que, segundo a Tabela 2, a

percentagem de imigrantes africanos é de apenas 2.7%. Este valor não corresponde à realidade, como podemos comprovar na tabela do Anexo 1, onde podemos comprovar que, no ano 1992, o número de africanos com residência legalizada era de 52 148, o que corresponde a 43% do total de imigrantes em Portugal. Em 1989, “o número mais significativo pertence aos africanos das antigas colónias: atingem cerca de 42% dos estrangeiros” (Peixoto, 1993:853). Seguindo estes dados e analisando a evolução do número de imigrantes africanos, podemos concluir que estes são os mais representativos no quadro geral das imigrações portuguesas desde 1979 até ao último ano representado na tabela, 1994.

No caso português, concluímos que estes valores se devem à nova realidade de Portugal, como país de destino, com a chegada de brasileiros e europeus de leste. Apesar de não estarem representados correctamente na Tabela 2, é obrigatório referir a imigração africana para Portugal, principalmente vinda das ex-colónias. Outro aspecto importante é o caso alemão, que possui três regiões acima dos 20%: a Europa Ocidental, a Oriental e a Ex-Jugoslávia. Isto deve-se ao enorme número de imigrantes vindos dos antigos países comunistas: “*de 1985 à 1992, le flux de migrants de l’Est pour raisons de travail à été d’environ un million et demi, en plus du million d’entrées pour demande d’asile*” (Fassmann e Munz, 1994 citados por Caselli *et al*, 2003:35). Os números no total da imigração (que incluem os refugiados), não deixam margem para dúvidas quanto à sua proporção desta questão, nos diferentes países. Quanto ao número total de imigrantes, se analisarmos rapidamente a Tabela 2, a Alemanha destaca-se de todos os outros países apresentados com 1 645 800 imigrantes. Em segundo lugar apresenta-se a França com 116 600 imigrantes, um número muitíssimo inferior em comparação com o caso alemão.

Em alguns dos países apresentados na Tabela 2, sobressaem os valores da imigração vinda de África, como acontece na Bélgica e na Holanda, mas também aqui se incluiu a Espanha, com 17,4% de imigrantes vindos de África em 1991 (INE, 1992). Quanto ao caso francês, este valor (44%) deve-se em grande parte aos imigrantes vindos das suas ex-colónias do Norte de África. Segundo Caselli *et al* (2003:37), a Itália apresenta também valores elevados, em 1992, com 53% dos imigrantes provenientes de África e Ásia. É de extrema importância perceber que estes valores nunca englobam a totalidade da realidade migratória, uma vez que não são contabilizados os imigrantes ilegais, que normalmente apresentam números expressivos, “*selon une estimation du Conseil de l’Europe, vers 1995, environ un million et demi d’illégaux se seraient trouvés en Italie, en Espagne, en Grèce et au Portugal, en provenance de pays non européens, dont plus d’un demi-million en provenance d’Afrique du Nord*” (Schoorl, 1997 citado por Caselli *et al*, 2003:37).

Tabela 2 – Repartição proporcional de Imigrantes em alguns países europeus, em 1992, segundo a região de origem

Região de origem	País de Destino										
	Bélgica	Dinamarca	França ^(c)	Alemanha	Grécia	Irlanda	Luxemburgo	Holanda	Portugal	Reino Unido	Espanha
Europa Ocidental	59,9	65,3	22,9	28,4	67,5	88,7	75,3	45,6	12,3	59,1	64,6
Turquia	4,0	2,7	8,3	5,4	0,2	-	0,1	8,0	0,0	0,4	-
Ex-Jugoslávia	2,2	1,1	0,9	25,5	0,9	-	10,0	4,6	0,3	0,9	-
Europa Oriental ^(a)	1,8	3,9	3,0	26,7	12,7	-	2,8	3,1	29,1	1,8	-
América	7,3	4,8	6,7	2,2	4,0	4,1	4,7	11,6	51,7	8,3	-
África	14,9	4,1	43,8	4,6	6,2	-	1,8	14,2	2,7	4,1	-
Ásia	7,3	13,8	13,0	5,5	5,2	-	3,7	11,4	0,2	18,0	-
Outros	3,0	1,4	1,4	1,7	3,6	-	1,6	1,5	3,7	7,4	-
Total		100	100	100	100	-	100	100	100	100	-
Total Imigração ^(b) (em milhares)	72,4	43,0	116,6	1645,8	32,1	40,8	10,7	103,3	13,7	84,9	38,9

(a) Compreende a Ex-União Soviética mas exclui a Ex-Jugoslávia

(b) Compreende os refugiados

(c) A fraca dimensão de Ocidentais nos fluxos de chegada a França em 1992 provêm do facto que eles não serem parcialmente incluídos nas estatísticas (Tribalat e Simon, 1993)

(OCDE, 1995 em Caselli *et al*, 2003:36)

Dados sobre migração intra-comunitária revelam-nos que:

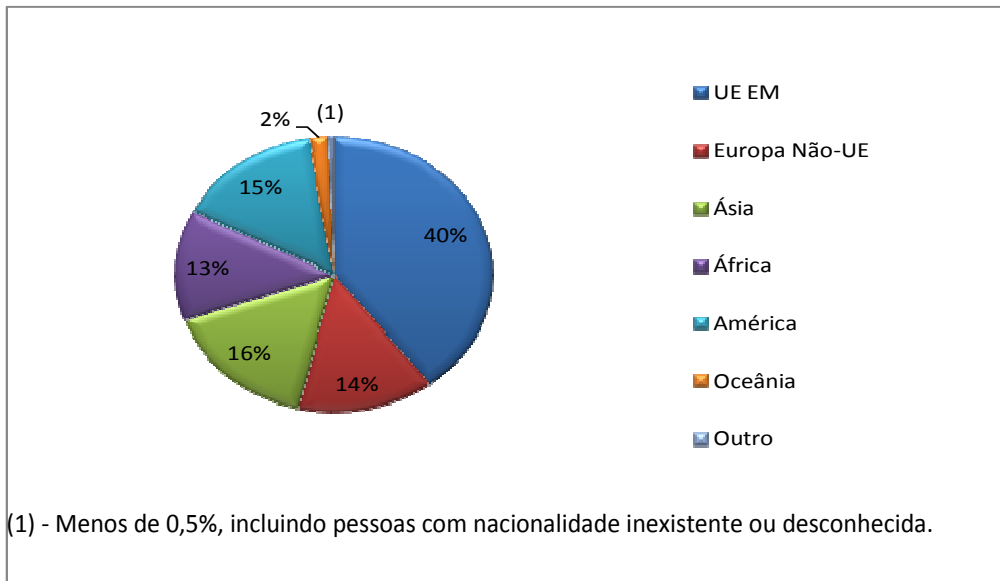
“In 1990, 600 000 people migrated between two EU countries: this represents about one person in 500. This is a relatively small number, if you consider that, among the 600 000 migrations, more than a third are between adjacent countries and a significant proportion of these are of short distance and do not coincide with what we think of as international migration” (Rees *et al*, 1996:56).

Quanto a estes dados é preciso levar em conta alguns factos importantes, que os permitem englobar numa realidade própria: 1) em 1990, os países comunitários eram apenas doze, o que significa um universo significativamente mais pequeno, face aos actuais vinte e sete países; 2) o Acordo de *Schengen* compreendia apenas cinco países, enquanto hoje o Espaço *Schengen* conta com vinte e cinco países (encontrando-se perto de incluir mais um país, o Liechtenstein), alguns deles extra-comunitários; 3) o desenvolvimento dos meios de comunicação e o incentivo à mobilidade dentro da Europa, através de vários programas por exemplo, tem sido largamente difundido, assim como a existência de um Ano Europeu dedicado à Mobilidade dos Trabalhadores (2006).

Actualmente, no que toca a migrações intra-comunitárias, segundo dados do Eurostat (2008) referentes a 2006, cerca de três milhões e meio de imigrantes estabeleceram-se nos vinte e sete estados-membros durante esse mesmo ano, sendo que 40% desse número eram cidadãos

dos estados-membros. Este número é o dobro do valor de migrantes intra-comunitários apontados em 1990, porém, encontramos realidades muito diferentes das apresentadas há quase vinte anos atrás. Entre os maiores grupos de imigrantes dentro da UE, os dois primeiros países são comunitários: a Polónia, que aderiu à UE em 2004 (com 290 000 pessoas) e a Roménia, em 2007 (com 230 000 pessoas). É importante salientar que a maior parte da imigração para a Europa (60%), é feita por imigrantes não pertencentes à União Europeia, sendo o maior grupo de imigrantes não pertencentes à UE de nacionalidade marroquina (com 140 000 pessoas).

No Gráfico 1, podemos ver os imigrantes estrangeiros na União Europeia (considerando os 27 membros), no ano 2006. Com este gráfico é possível analisar, com mais pormenor, como se dividem os 60% de imigrantes que provêm de países não pertencentes à UE. Apesar de algumas variações, a África, a América, a Ásia e a Europa não-comunitária apresentam percentagens muito próximas, situando-se entre os 13% e os 15%, sendo apenas a Oceânia que não apresenta uma presença expressiva na UE (2%). No total, estas percentagens representam três milhões e meio de pessoas. Nestes números não está representada a imigração ilegal, estimativas um pouco complicadas de obter, uma vez que dificilmente conseguimos ter acesso à totalidade deste fenómeno. Heckmann *et al* (2000) citado por Jandl (2004: 9), tendo como base as apreensões nas fronteiras, calculou que a imigração ilegal anual na Europa será superior a 400 000 imigrantes. Muitos destes imigrantes tentam chegar à Europa através da travessia do Mediterrâneo ou pela chegada às ilhas Canárias, uma travessia com vários perigos que causou 1 861 vítimas apenas no ano 2007 (ACIDI, 2008). No entanto, quando estes imigrantes chegam à Europa, deparam-se com muitas outras dificuldades, sendo que muitos deles acabam por ser repatriados. Segundo o LaVanguardia (2008), o Ministro do Interior espanhol divulgou que 92% dos imigrantes ilegais chegados a Espanha, durante o ano de 2007, foram repatriados. Este caso retrata a realidade para um grande número de países europeus, e a forma como estes lidam com a questão da imigração ilegal.

Gráfico 1 – Imigrantes por origem, UE-27, em 2006

(Eurostat em UE, 2008)

Um outro ponto importante para a compreensão dos movimentos migratórios é a questão dos refugiados e os pedidos de asilo. Estes incluem-se na categoria de migrantes mas com características especiais. A designação de refugiados abrange todos os indivíduos que, fora do seu país natal, não desejem aí regressar por temer perseguições raciais, religiosas ou políticas” (Matos, 1993:4) De acordo com o Eurostat, em 2003, o Reino Unido foi o destino mais procurado com 61 050 pedidos de asilo, em seguida a França (51 940) e em terceiro a Alemanha (50 065). Por outro lado, para podermos compreender a dimensão deste fenómeno, temos Portugal com apenas 115 pedidos nesse mesmo ano, dos quais 88 foram aceites, significando que a questão do asilo tem algumas especificidades, apresentando-se com diversas magnitudes. Neste momento a União Europeia está a tentar aplicar uma política comum de asilo, que ainda necessita de chegar a um acordo entre os vinte e sete membros. Segundo dados recentes (Comissão Europeia, 2009), no primeiro semestre de 2008 tinham sido recebidos mais de 103 000 pedidos de asilo, que na sua maioria são apresentados por iraquianos, russos, paquistaneses, turcos, somalis, iranianos e sérvios. Valores tão expressivos necessitam de uma resposta adequada a essa realidade, preferencialmente reunindo o acordo de todos os países da União Europeia, nesta matéria.

A Europa vê-se hoje a braços com novos desafios quanto às migrações dentro do seu território. A ideia de uma Europa multi-cultural parece, por vezes, recuar um pouco com as políticas que a transformam mais numa “Europa-fortaleza”, ao invés de um local tolerante e

receptivo. A ideia de mobilidade dentro da própria União Europeia é apoiada em várias vertentes, mas a imigração vinda do exterior das fronteiras surge muitas vezes como um tema delicado, que parece estar sempre na agenda política europeia, mas nunca é verdadeiramente discutido para não provocar reacções negativas por parte da população ou más relações com outros países. A verdade é que, apesar de restrições e cuidados quanto a esta questão, a população europeia depende dos imigrantes para não decrescer e se manter viva, face ao envelhecimento generalizado e acentuado que caracteriza a União Europeia.

3. A Emigração Portuguesa

3.1. Retrato social de Portugal na década de 1960

Para compreendermos os enormes fluxos da emigração portuguesa entre a década de 1950 e 1970, necessitamos conhecer as razões subjacentes a esses acontecimentos. Para tal, podemos começar por analisar as características políticas e socio-económicas portuguesas, durante este período de tempo. Segundo Barreto (2007:10):

- O mais antigo e durável império colonial ultramarino (o único ainda vigente);
- A mais longa ditadura pessoal moderna;
- As mais elevadas taxas de analfabetismo e mortalidade infantil;
- A população mais jovem, com a mais elevada natalidade e a mais baixa esperança de vida à nascença;
- O menor número de médicos e de enfermeiros por habitante;
- O mais baixo rendimento por habitante, assim como a menor produtividade por trabalhador;
- A maior população agrícola e a menor taxa de industrialização;
- O menor número de alunos no ensino básico e de estudantes no ensino superior;
- O menor número de pessoas abrangidas pelos sistemas de segurança social.

Estes dados transmitem-nos os problemas presentes na sociedade portuguesa e ajudam a justificar os fluxos migratórios destas décadas. Apesar de não existir uma política de emigração explícita em Portugal, “a emigração era encarada como uma forma de diminuir o desemprego e de obter divisas por via das remessas dos emigrantes” (Stahl *et al*, 1982:14).

Na década de 1960, estamos perante um país muitíssimo atrasado em relação à maioria dos países da Europa Ocidental, com um regime ditatorial, uma grande maioria de pessoas com

perspectivas profissionais muito limitadas e uma taxa de analfabetismo de 37%. Naturalmente, “as fantasias dos Portugueses e as suas capacidades para experimentar a surpresa e viver o diferente elegeram, como cenário, o mundo, fora de portas” (Barreto, 1995:842).

3.2. Emigração Portuguesa nas décadas de 1960, 1970 e 1980

A emigração já fazia parte do quotidiano português antes da década de 1960, tendo como destino preferido o continente americano, no entanto, foi nesta década que se iniciou, e se consagrou, na sua maioria, como intra-europeia. “Nos anos 60, o emigrante português abandonou a América do Sul como principal destino e passou a dirigir-se para a Europa. A emigração atingiu então níveis jamais conhecidos, muito superiores aos saldos fisiológicos anuais” (Barreto, 1995:844). Os países escolhidos pelos emigrantes portugueses foram, maioritariamente, a França, a Alemanha, o Luxemburgo e mais tarde, a Suíça.

Na Tabelas Tabela 3, Tabela 4 e Tabela 5 podemos ver o número de emigrantes portugueses e a Taxa Bruta de Emigração entre 1960 e 1988. Estes são os dados oficiais, recolhidos através da emissão de passaportes, uma vez que na época ninguém se poderia ausentar do país sem este documento. Porém, é preciso ter em consideração que a emigração clandestina teve enormes proporções, realidade essa que será abordada mais adiante, mas que no entanto não inviabiliza a análise destas tabelas para percebermos a evolução da emigração nestas décadas, mesmo que os valores sejam inferiores aos valores reais. De entre estas três décadas, a de 1960 apresenta o maior número de emigrantes (646 962 emigrantes), seguida pela 1970 (406 011) e por último a de 1980 (156 296), segundo estes dados oficiais. No caso da década de 1980, os dados vão até ano de 1988, uma vez que houve uma alteração na forma de obtenção destes dados, passando da contagem dos passaportes (que deixaram de ser necessários para a circulação dentro da União Europeia) para o inquérito, razão essa que leva a uma falha de informação sobre as migrações entre 1989 e 1991. Quanto à Taxa Bruta de Emigração (TBE), isto é, o número de emigrantes permanentes observado durante um período de tempo, que é normalmente um ano civil, referido à população média desse período (INE, 2003), também ela decresce durante as três décadas.

Se olharmos mais atentamente a cada uma das décadas, podemos ver que a média da TBE de 1960 é de 7,1 ‰, no entanto nos valores anuais assistimos, em 1966, ao pico de todos os dados na Tabela 3, 13,1 ‰. Após este valor, observamos o decréscimo desta taxa nos anos

seguintes, até 1971. O valor mais alto da TBE na década de 1970 é 8,37‰ (79517 emigrantes), no ano 1973. No ano seguinte, o número de emigrantes baixa para quase metade do valor registado em 1973 (43397 emigrantes), registando-se o mínimo da década nos anos 1976 e 1977 (1,96‰). As razões para tal são, no quadro internacional, a crise petrolífera de 1973, que obviamente fez recuar alguns países quanto à recepção de imigrantes, tomando posições mais restritivas neste campo. Por outro lado, temos uma nova realidade nacional com a Revolução de 25 de Abril de 1974, acabando com uma ditadura de 48 anos. Um cenário de mudança profunda no nosso país, que após este ano passou a registar um forte movimento inverso: a chegada de portugueses vindos das ex-colónias, “a chegada de 600 000 a 700 000 pessoas, facto que, aliás, contribuiu para uma espécie de rejuvenescimento conjuntural da população. A partir dos anos 80, a emigração retomou, mas a mais baixo nível” (Barreto, 1995:844). Com um novo cenário demográfico e uma nova visão política, entramos na década de 1980. Na verdade, a emigração nunca deixou de existir, continuando a prosseguir, mas com valores muito mais baixos do que os registados nas décadas anteriores. Um Portugal democrático, que abriu as portas ao desenvolvimento e à inovação, aproximando-se da Europa, deu mais razões aos portugueses para ficarem. Assim sendo, durante a maior parte da década, o número de emigrantes portugueses, em cada ano, esteve sempre abaixo dos 20 000.

Tabela 3 – Emigrantes e Taxa Bruta de Emigração segundo o ano de saída; total do país (1960 a 1969)

Residência	1960-69	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
Número	646962	32318	33526	33539	39519	55646	89056	120239	92502	80452	70165
TBE (‰)	7,1	3,6	3,7	3,7	4,4	6,1	9,7	13,1	10,0	8,7	7,7

(INE/Estatísticas Demográficas em Moreira, 2005:52)

Tabela 4 – Emigrantes e Taxa Bruta de Emigração segundo o ano de saída; total do país (1970 a 1979)

Residência	1970-79	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Número	406011	66360	50400	54084	79517	43397	24811	19469	19543	22112	26318
TBE (‰)	4,3	7,2	5,4	5,7	8,4	4,6	2,6	2,0	2,0	2,2	2,6

(INE/Estatísticas Demográficas em Moreira, 2005:52)

Tabela 5 – Emigrantes e Taxa Bruta de Emigração segundo o ano de saída; total do país (1980 a 1988)

Residência	1980-88	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Número	156296	25207	23147	17135	13680	13963	14944	13690	16228	18302
TBE (%)	1,7	2,6	2,3	1,7	1,4	1,4	1,5	1,4	1,6	1,8

(INE/Estatísticas Demográficas em Moreira, 2005:52)

Estas décadas foram de intensa emigração, diminuindo após 1974. Na década de 1980, o número de emigrantes torna-se muito mais baixo, no entanto assiste-se a outras mudanças para além do fluxo. Segundo Baganha (1994:959), até 1985 a emigração caracterizava-se na sua maioria como permanente, situação que se modificou após esta data. Como exemplo, a autora dá as saídas de Portugal entre 1986 e 1988, que no seu total perfazem 174 000, dividindo-se entre 35 000 permanentes e 139 000 temporários, comprovando o peso da emigração sazonal ou a prazo.

3.2.1. Emigração Clandestina

Os números oficiais da emigração portuguesa mostram por si só, a dimensão que este fenómeno teve, no entanto, é necessário ter em conta que muitos emigrantes não se encontram nestes dados oficiais, uma vez que saíram ilegalmente do país. A nova direcção tomada pelos emigrantes portugueses, para países europeus “na generalidade por via terrestre, em detrimento da via marítima ou aérea da emigração transatlântica, fez aumentar as potencialidades da emigração não controlada” (Moreira, 2005:53). A proximidade geográfica destes países fez com que muitos tentassem a sua sorte, saindo do país clandestinamente. As razões para tal prendiam-se com as dificuldades de obtenção de passaportes, uma vez que os homens tinham de cumprir o serviço militar obrigatório, com a Guerra Colonial a decorrer. Por outro lado, as mulheres casadas precisavam do consentimento do marido e a emancipação ocorria aos 21 anos. Mesmo assim, “a determinação de muitos portugueses em emigrar, mesmo passando a fronteira *“a salto”* (sem passaporte), por trilhos e veredas, com o apoio dos chamados *“passadores”*, era inabalável, fosse por razões económicas, sociais ou políticas” (Moreira, 2005:53).

Para perceber a dimensão da emigração ilegal, analisaremos a Tabela 6 e a

Tabela 7, onde temos acesso aos dados oficiais e aos dados da emigração clandestina (ou não controlada), para França, nas décadas de 1960 e 1970. Este país foi o destino da maior parte dos portugueses que emigraram nestas décadas, sendo que em 1977 estimava-se que 900 000 portugueses se encontrassem a residir em França (Stahl *et al*, 1982:14). Começaremos pela década de 1960, que apresenta valores de emigração oficial mais altos do que a não controlada, sendo apenas excepção o ano de 1969. Contudo, nos valores apresentados até 1964, a diferença é muito reduzida, situação que se altera após 1965. A partir de 1969 até 1973, conhecemos novos dados em que a emigração não controlada ultrapassa largamente a emigração oficial. Se olharmos para os dados relativos a 1971, vemos que a proporção de emigrantes oficiais em relação aos clandestinos é de 1 para 10. Os dados sobre a emigração clandestina nestas décadas foram recolhidos pelo SECP, nos países de destino, anos mais tarde. A partir de 1974, os valores da emigração não controlada para França vão diminuindo, assim como a emigração oficial, que apenas apresenta uma ligeira subida no final da década. Nos anos seguintes à Revolução, a preocupação política e social estava mais direccionada para os “retornados”, vindos das ex-colónias, e na sua integração (estimativas apontam para 600 000 a 800 000 pessoas) num país cuja população não atingia os 9 milhões de habitantes. O 11º Recenseamento da População em 1970, dava conta de 8 663 252 indivíduos, enquanto o 12º Recenseamento da População em 1981 apontavam para 9 833 014 residentes, onde se incluem o retorno dos portugueses e o regresso de emigrantes (Moreira, 2005:54).

Tabela 6 – Emigração para França (1960-1969)

Emigração para França (1960 – 1969)										
	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
Oficial*	3 593	5 446	8 245	15 223	32 641	57 319	73 419	59 415	46 515	27 234
Não Controlada**	414	1 270	4 671	14 451	30 636	27 918	12 595	13 778	23 697	83 371

(* INE, Estatísticas Demográficas; **Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas em Moreira, 2005:54)

Tabela 7 – Emigração para França (1970-1979)

Emigração para França (1970 – 1979)										
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Oficial*	21 962	10 023	17 800	20 692	10 568	2 866	2 637	2 489	3 695	5 560
Não Controlada**	106 907	100 907	50 892	40 502	26 876	20 107	15 573	11 763	5 802	3 591

(* INE, Estatísticas Demográficas; **Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas em Moreira, 2005:54)

“Nos anos 60, em que o volume dos clandestinos constitui, aproximadamente um terço do fluxo (...) qualquer caracterização a partir dos dados oficiais é irrelevante, situação que se mantém na década seguinte, altura em que o número de clandestinos foi superior ao legal. Nos anos 80, aos problemas de interpretação levantados por um volume de clandestinos e irregulares elevado, 42%, junta-se um novo factor de dificuldade, uma vez que, devido ao sancionamento político dos países receptores, a emigração permanente se torna em grande medida, sazonal ou a prazo, pelo que o interesse dos dados oficiais conhecidos é extremamente reduzido” (Baganha, 1994: 962 citada por Garcia *et al*, 2000: 36/7).

Os números de emigrantes clandestinos nunca são exactos, obviamente devido ao ser carácter ilegal. Porém, é facilmente perceptível a sua importância devido aos seus elevados valores, o que nos mostra, por um lado, a incapacidade (talvez por vontade própria) de controlar a fronteira e as saídas do país, e por outro, o descontentamento dos portugueses em relação a Portugal para emigrarem em tais proporções e de forma ilegal.

3.2.2. Destinos dos Portugueses

Durante o desenvolvimento desta temática, já foram sendo enunciados alguns dos destinos mais escolhidos pelos portugueses durante as décadas de 1960 a 1980, no entanto os fluxos foram claramente diferentes para cada um deles. A Europa foi claramente o destino principal durante estes anos, sendo que entre 1965 e 1974, a Europa recebeu “cerca de um milhão de portugueses – representando, então, cerca de 80% dos emigrantes” (Peixoto, 1993: 850 citado por Garcia *et al*, 2000:37). De entre os países de acolhimento dos emigrantes portugueses, podemos destacar a França, a Alemanha, o Luxemburgo e a Suíça, devido à sua importância e ao número de portugueses que acolheu.

Podemos começar por analisar os fluxos migratórios para França, que tiveram uma dimensão superior aos outros fluxos portugueses para a Europa. Na Tabela 6 e na Tabela 7 temos a clara percepção do que foi a emigração portuguesa para este país, pois os números são bastante expressivos, tendo em conta a emigração legal e ilegal. Se juntarmos os valores da emigração legal e não controlada, temos um total de 541 851 emigrantes na década de 1960, e de 481 212 emigrantes na década de 1970 (concentrando-se a maior parte deste valor no início da década até 1974). Tal como outros países europeus, a França procurava mão-de-obra com pouca ou nenhuma qualificação, não criando impedimentos quanto à regularização dos clandestinos, o que

justifica os valores da emigração ilegal. Os picos das saídas para este país situaram-se entre os anos 1965 e 1973, sendo que “segundo as estatísticas francesas, nomeadamente o “*Recensement General de la Population*” de 1982, havia em França 764 864 emigrantes portugueses em situação legalizada” (Silva, 1991:5).

A Alemanha, assim como a França, atraiu muita mão-de-obra a partir da década de 1950, para fazer frente às perdas humanas da Segunda Guerra Mundial. Para além de portugueses (que apenas chegaram ao país, com mais expressão, a partir da década de 1960), emigraram italianos, gregos, espanhóis, turcos, marroquinos, tunisinos e jugoslavos, que se caracterizam na sua maioria como mão-de-obra barata e pouco qualificada.

Na Tabela 8, podemos ver a evolução da emigração portuguesa para Alemanha, e a disparidade dos valores entre a emigração oficial e a ilegal. As estatísticas alemãs contabilizam os portugueses ilegais, obtendo-se assim a verdadeira dimensão deste fluxo. A década de 1970 conta com o maior número de emigrantes (151 764), vindos na sua maioria entre 1970 e 1973, decaindo após este ano (tal como a emigração portuguesa em geral). Quanto à década de 1980, os valores tornam-se claramente mais baixos, no entanto, é importante referir que, “O ano 1986 marca a viragem deste movimento que se torna novamente ascendente. A este facto, não serão alheios a adesão de Portugal à então Comunidade Europeia e os novos perfis emigratórios que caracterizam, *grosso modo*, os anos 80, e que são a emigração temporária e a reunificação familiar” (Garcia *et al*, 2000:48).

Tabela 8 – Comparação dos valores da emigração da SECP e das estatísticas alemãs (1960 – 1980)

Anos	Estatísticas da SECP	Estatísticas alemãs
Década 1960	47 277	59 971
Década 1970	87 493	151 764
Década 1980	290	23 300

(Boletim Anual da SECP, 1960-1988; “*Statistisches Bundesamt*” e Sopemi cit. em Baganha, 1994: 975 em Garcia *et al*, 2000:46)

Um outro destino dos emigrantes portugueses durante estas três décadas foi o Luxemburgo. Este país passou quase despercebido na rota dos emigrantes portugueses até à década de 1970. O número de emigrantes portugueses passou de 1 147, no recenseamento de 1966, para 29 309 cidadãos, no recenseamento de 1981, o correspondente a 26,3% da população total residente neste ano (Arroteia, 1986:79-80 citado por Garcia *et al*, 2000:48). Como em casos anteriores, são referidos os dados do país receptor, uma vez que os dados oficiais portugueses apresentam valores muito inferiores aos reais.

Mais recentemente (em 2001), este país contava com uma população de 439 539 habitantes, dos quais 58 657 eram portugueses, o que dá um total de 13,3% da população (STATEC/*Annuaire Statistique*, 2008). Os portugueses são a minoria mais representativa do país, cuja população estrangeira representava 37% da população total, em 2001 (STATEC/ *Annuaire Statistique*, 2008).

Por último, iremos analisar um caso um pouco mais recente na emigração portuguesa, em comparação aos destinos anteriores: a Suíça. Assim como o Luxemburgo, este país passou a receber os emigrantes portugueses de uma forma mais expressiva a partir da década de 1970. Uma vez mais as estatísticas portuguesas não são minimamente realistas e confiáveis, pois as fontes portuguesas apontam para a saída de apenas 504 indivíduos para a Suíça entre 1980 e 1988, enquanto as fontes suíças apontam para a entrada de 65 029 portugueses, neste mesmo período (Marques, 1997:57 citado em Garcia *et al*, 2000:51).

Apesar de algumas flutuações nos valores, pois em casos de crises ou abrandamento da economia a posição mais comum é limitar as entradas, a Suíça continua a ser um destino preferencial nas migrações portuguesas. Segundo o Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída (2006), a Suíça ocupava a primeira posição como destino dos emigrantes portugueses no ano 2002, com 8 276 indivíduos, o que significa 30% das saídas totais.

As análises feitas até agora colocam a Europa no papel central da emigração portuguesa, contudo, existe uma particularidade no nosso país, que diz respeito aos arquipélagos dos Açores e da Madeira. Na sua condição de ilhas, não possuíam a proximidade geográfica com a Europa, que em muito contribui para a emigração continental, continuando a preferir o continente americano como destino. Entre 1960-69, os açorianos emigraram maioritariamente para os EUA e o Canadá, enquanto os madeirenses escolheram a Venezuela (62,7%) e o Brasil (20,7%) como principais destinos (Garcia *et al*, 2000:40). Estes valores tornam estas regiões numa excepção dentro do panorama geral português.

As décadas de 1960, 1970 e 1980 foram décadas muito importantes no que se refere à emigração portuguesa:

“entre 1900 e 1988 emigraram de Portugal, aproximadamente, 3,5 milhões de pessoas, 25% das quais o fizeram ilegalmente. O maior número de saídas registou-se depois de 1950, correspondendo a emigração registada entre 1950 e 1988 a 61% do total verificado ao longo de todo o período. O fluxo migratório foi particularmente intenso entre 1966 e 1973, altura em que se verificaram 48% do total das saídas” (Baganha, 1994:950).

Ao mesmo tempo que se alteraram os destinos, passando-se da América para a Europa, analisamos valores nunca antes vistos, tomando uma dimensão única até aos dias de hoje. Esta análise é fundamental para perceber o que sucedeu nos anos seguintes, com um Portugal mais desenvolvido e ligado à Europa, mas que, numa escala claramente inferior, nunca deixou de ser um país de emigrantes.

3.3. Os movimentos emigratórios portugueses desde a década de 1990 até à actualidade

Após a análise do quadro migratório português nas últimas três décadas, temos agora informações para analisarmos a década de 1990 até à actualidade. Estamos perante um Portugal que pertence à União Europeia e que procura equiparar-se aos demais países da Europa Ocidental. De uma forma geral, os valores nesta década mantiveram-se relativamente constantes (com a excepção dos primeiros anos) e com uma percentagem muito alta de emigração temporária. Por outro lado, é na década de 1990 que se intensifica uma tendência que vem sendo observada: Portugal passa a ser também um país de imigrantes, vindos na sua maioria do Brasil e das ex-colónias.

A questão da emigração em Portugal foi sendo minimizada na investigação científica a partir da década de 1980, sendo substituída pelos estudos sobre o fenómeno da imigração para o nosso país. Segundo Baganha e Góis (1999:230), existem três factores para isto ter sucedido: primeiro, o decréscimo bastante acentuado da emigração permanente após 1974 e o regresso de muitos emigrantes nos anos que se seguiram, levando alguns investigadores a acreditar que o ciclo emigratório para a Europa tinha terminado; outro factor que contribui para esta situação foi o facto de o INE nunca ter tido a capacidade de desenvolver instrumentos que permitissem saber a verdadeira dimensão deste movimento, de uma forma rigorosa, uma vez que a livre circulação dificulta em muito a obtenção deste dados, uma vez que os números apontados são, quase sempre, em muito inferiores aos reais; por último, temos o crescimento e a visibilidade que diferentes grupos de estrangeiros têm vindo a ter após 1975, com especial atenção para a Área Metropolitana de Lisboa.

Contudo, apesar de a emigração ser um assunto pouco abordado na investigação a partir da década de 1980, foi nesta época que a emigração portuguesa se relançou novamente, e traçou

as linhas gerais do que seria a emigração nas quase duas décadas seguintes. Este relançamento deveu-se à:

“criação e estruturação de redes migratórias para novos destinos, como foi o caso da emigração para a Suíça; revitalização de redes já existentes, como aconteceu com a emigração transatlântica; novas condições de mobilidade internacional de trabalhadores criadas pela entrada de Portugal, em 1986, para a Comunidade Europeia; e o enquadramento legal estabelecido a nível comunitário em relação à cedência de serviços de mão-de-obra, como é o caso do “destacamento de trabalhadores na Alemanha” (Baganha et al, 1998:49 citados por Baganha e Góis, 1999:248).

3.3.1. A emigração em números

Quanto aos dados que vão ser usados nesta análise, é importante lembrar que não existem dados oficiais dos anos 1989, 1990 e 1991, razão essa que nos leva a analisar esta década partindo do ano de 1992. Até 1988, os dados oficiais da emigração eram obtidos através da emissão de passaportes, que estavam a cargo do Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas. Contudo, após a entrada de Portugal na UE, os passaportes deixam de ser necessários para a entrada em alguns países, interrompendo a contagem, restabelecendo-se outra vez em 1992, através de um inquérito por amostragem aos alojamentos familiares, o “Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída” (Garcia *et al*, 2000:53). Os dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística sobre a emigração portuguesa vão apenas até 2003, como podemos ver na Tabela 9. Este foi o último ano em que se procedeu à realização do “Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída”, porém, apesar de este ter desaparecido para dar lugar a um outro tipo de análise, até aos dias de hoje tal não aconteceu. Assim sendo, iremos fazer uma análise com os dados disponíveis e trabalharemos com os saldos migratórios, uma vez que não se encontram à nossa disposição dados mais detalhados.

Nos doze anos representados na Tabela 9, podemos ver que o valor total mais alto é em 1992, com 39 322 emigrantes, enquanto o mais baixo é no ano 2001, com 20 589 indivíduos. Contudo, estes valores têm variado ao longo dos anos, não mantendo um ritmo estável, mas mantendo-se sempre abaixo dos 40 000, sendo que na maioria dos anos, os valores variam entre os 20 000 e os 30 000 indivíduos. É perceptível um aumento do número de emigrantes nos dois últimos anos (2002 e 2003), tendência essa que não pode ser confirmada por esta tabela como um aumento crescente ou apenas uma flutuação nestes anos, pela falta de dados quanto aos anos seguintes. Outro ponto a assinalar na emigração portuguesa é o seu carácter

maioritariamente temporário. Apenas 1992 foge a esta regra, uma vez que os valores da emigração permanente são superiores aos temporários. Porém a crescente sazonalidade na emigração portuguesa, é uma tendência a que vínhamos a assistir desde a década de 1980, tornando-se mais clara durante a década de 1990.

Segundo os dados na Tabela 9, entre 1992 e 1999, Portugal viu partir 240 453 emigrantes, 82 704 dos quais de forma temporária, “a abertura das fronteiras comunitárias promoveu também novas formas de mobilidade intra-europeia, não enquadráveis no conceito clássico de emigração” (Baganha et al, 1998:49 citado por Baganha e Góis, 1999:248). Este número equivale a 35% do total das saídas desta década, mas a emigração temporária é claramente maioritária em quase todos anos, a partir de 1994. Quanto à década seguinte, segundo os dados dos quatro anos aqui representados (2000-03), temos um total de 96 288 pessoas, sendo que 73% (70 334) integram o grupo dos emigrantes por menos de um ano. Estes anos são o comprovativo da mudança no tipo de emigração em Portugal, uma vez que saída permanente é claramente baixa e incomparável aos valores registados em anos anteriores.

Mais do que em décadas anteriores, a emigração dos anos 1990 e 2000, tem sido predominantemente masculina. A percentagem da emigração feminina sobre o total de saídas varia, maioritariamente, entre os 20% e os 30%, atingindo o valor máximo em 1993 (31,6%) e o valor mínimo em 2002 (18,3%). Os valores mais altos da emigração feminina têm estado tradicionalmente ligados à reunificação familiar, situação que já se verificava com a emigração permanente. Nos últimos anos, tal como foi referido anteriormente, a maior parte da emigração é temporária, deixando de haver necessidade de reunificação familiar, uma vez que as estadias são inferiores a um ano.

Num país tradicionalmente emigratório, mas ofuscado por uma nova realidade imigratória na sua história recente, é necessário fundamentar que a emigração existe em Portugal, sem alguma vez ter deixado de existir. Numa escala menor e seguindo maioritariamente a via temporária, os portugueses continuaram optar por deixar o seu país natal, por mais e melhores oportunidades em outros países, na sua maioria em países europeus. Hoje em dia podemos caracterizar na emigração portuguesa a existência de:

“uma tendência para o aumento da população emigratória com menos de 29 anos de idade, enquanto o ritmo de emigração da população mais velha tende a manter-se constante; a taxa de crescimento da emigração permanente superior à da emigração temporária; na emigração permanente verifica-se uma quase paridade entre os dois sexos,

enquanto a emigração temporária permanece essencialmente masculina; a emigração de trabalhadores qualificados tende a crescer mais do que a dos trabalhadores não qualificados” (Rato, 2008:171).

Tabela 9 – Número de Emigrantes por Sexo e Tipo de Emigração (1992 – 2003)

Sexo	Tipo de Emigração	Período de referência dos dados											
		1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
HM	Total	39322	33171	29104	22579	29066	36935	22196	28080	21333	20589	27358	27008
	Temporária (< 1 ano)	16998	17609	21259	13390	19468	29681	14261	24003	16641	14827	18545	20321
	Permanente (>= 1 ano)	22324	15562	7845	8109	9598	7254	7935	4077	4692	5762	8813	6687
	Ignorada				1080								
H	Total	27436	22689	22217	16731	22271	28435	15233	20122	17069	15774	22353	20613
	Temporária (< 1 ano)	12137	12396	16279	10432	15677	23528	10724	17240	14197	11543	15456	17198
	Permanente (>= 1 ano)	15299	10293	5938	5219	6594	4907	4509	2882	2872	4231	6897	3415
	Ignorada				1080								
M	Total	11886	10482	6887	5848	6795	8500	6963	7958	4264	4815	5005	6395
	Temporária (< 1 ano)	4861	5213	4980	2958	3791	6153	3537	6763	2444	3284	3089	3123
	Permanente (>= 1 ano)	7025	5269	1907	2890	3004	2347	3426	1195	1820	1531	1916	3272
	Ignorada												

(Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída, INE: 2006)

3.3.2. Destinos dos emigrantes portugueses

Os destinos da emigração portuguesa nos anos em análise seguem a tendência sentida durante as décadas anteriores. A Europa continua a ser destino preferido dos portugueses, mas existem algumas diferenças quanto aos países receptores: a Suíça passou a ter um papel mais relevante, enquanto a Espanha e o Reino Unido passam a fazer parte dos rumos da emigração portuguesa.

Se considerarmos o período entre 1992 e 1995, a emigração portuguesa para a Europa representa 85% da total, onde podemos destacar a Alemanha, a França e a Suíça, como os principais receptores, tanto para a emigração permanente como para a temporária (Garcia *et al*, 2000:53). Com a excepção da Suíça, “os países europeus, mais especificamente os que integram a UE, são os que presentemente possuem circunstâncias favoráveis à emigração portuguesa devido à liberdade de circulação e de estabelecimento de qualquer cidadão oriundo de um país membro” (Garcia *et al*, 2000:55). Não fazendo parte deste grupo, a Suíça é no entanto, um destino importante de emigrantes, facto que se pode explicar com as autorizações de trabalho e de residência que este país privilegia, para dar resposta à carência de mão-de-obra na época alta do turismo de Inverno e da construção civil no Verão. Definindo a sua importância na emigração portuguesa em números, sabemos “que o número de imigrantes portugueses na Suíça evoluiu de 10 700 em 1980, 39 900 em 1985, 85 600 em 1990, e 134 800 em 1995” (Marques, 1997 citado por Baganha e Góis, 1999:247). Contudo, contrariando alguns destinos mais tradicionais como a França ou a Alemanha, “somente a partir da década de 80 é que os emigrantes portugueses parecem encontrar um novo país de acolhimento: a Suíça” (Marques, 2000: 1)

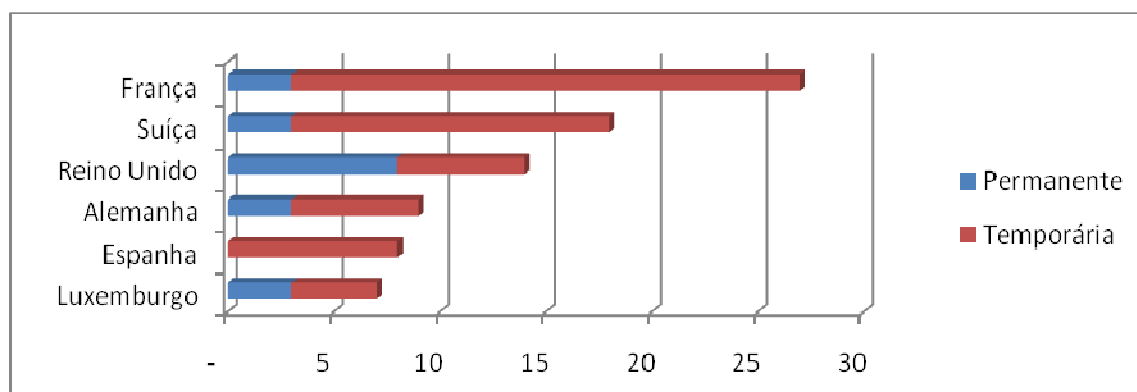
A importância da Suíça como destino da emigração portuguesa continuou a fazer sentir-se nos anos seguintes. “Em 31 de Agosto de 1999 residiam na Suíça 135.377 portugueses portadores de uma autorização de residência anual ou permanente e 15.958 trabalhadores sazonais” (Marques, 2001). No ano 2002, a Suíça ocupou o primeiro lugar como país de destino, com 30% (8276 emigrantes) das saídas totais, enquanto a França ocupa o segundo lugar com 22% (5962) (INE, 2003). Porém, no ano seguinte (2003), as posições inverteram-se e a França passou a ocupar o primeiro lugar, como podemos ver no Gráfico 2, enquanto a Suíça ocupa o segundo. Desta forma, podemos ver como um dos destinos tradicionais da emigração portuguesa, e em tempos o principal (a França), continuam a fazer parte dos planos dos emigrantes portugueses.

Em 2002, a emigração para a Europa representou 81,3% do total, enquanto no ano seguinte representou 93,5%. Para além dos destinos tradicionais, incluem-se nestes valores países

como a Espanha e o Reino Unido. No ano 2002, estes ocupavam, respectivamente, o terceiro e o quarto lugar dos principais destinos dos emigrantes portugueses (INE, 2003). No ano seguinte, observamos algumas modificações (Gráfico 2), com o Reino Unido no terceiro posto, com uma característica que o distingue dos demais seis destinos: a emigração permanente é superior à emigração temporária. Por outro lado, vemos a Espanha a descer para quinto lugar, com uma realidade também ela específica em comparação com os outros países: segundo os dados, toda a emigração portuguesa para Espanha foi fundamentalmente de carácter temporário.

No caso da Alemanha, após sofrer uma redução na recepção de emigrantes portugueses entre 1981 e 1991, voltou a ter um crescimento após esta data. Em certa medida, este “aumento é devido à entrada de portugueses que só temporariamente permanecem em solo germânico e cuja evolução resulta das novas possibilidades de circulação de trabalhadores portugueses” (Marques, 2001). Assim sendo, temos a Alemanha presente no Gráfico 2, surgindo como quarto principal destino da emigração portuguesa, no ano 2003, na sua grande maioria com um carácter temporário.

Gráfico 2 - Principais países de destino da Emigração segundo o tipo, 2003 (%)



(INE, 2006)

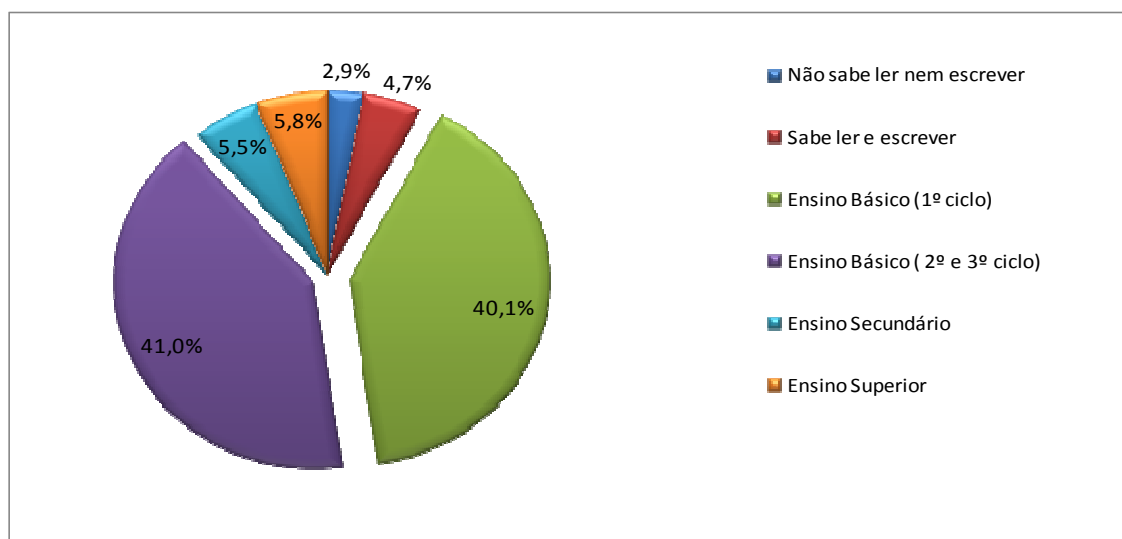
Segundo o International Migration Outlook 2007, da OCDE, a presença de portugueses entre 2001 e 2005, subiu de uma forma constante na Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Espanha e Suíça. No Reino Unido, apesar de algumas flutuações, em 2001 foram contabilizados 58 000 portugueses, e em 2005 esse número subiu para os 85 000. Na Alemanha, tal como foi referido anteriormente, o número de portugueses diminuiu, uma vez que são apresentados 132 600 em 2001, e apenas 115 600 em 2005. Por último, temos a França, que apresenta pouco dados sobre

esta questão, no relatório apresentado. Os dados recolhidos mostram uma diminuição acentuada neste país, de 649 700 em 1990 para 553 700. Como estes dados apresentam um espaço muito grande entre si, podemos estar perante o regresso de vários portugueses durante esta década, ou por outro lado, à existência de naturalizações por parte dos emigrantes.

3.3.3. Composição da emigração portuguesa

Para caminharmos para a compreensão completa do fenómeno da emigração, temos de conhecer como são as pessoas que o compõem. Assim sendo, foi sendo traçado o perfil do emigrante típico, nas diferentes décadas, segundo o sexo, idade, estado civil e as suas qualificações. Obviamente, estes perfis foram-se alterando, mas para este ponto vamos analisar mais pormenorizadamente apenas os dados mais recentes destas características, isto é, a emigração em meados da década de 1990 e no início de 2000.

O emigrante português das décadas de 1960 e 1970 “era predominantemente do sexo masculino, solteiro, em idade activa e com baixas qualificações escolares” (Garcia *et al*, 2000:38), ou mesmo sem qualquer qualificação. Mas como será o emigrante típico dos anos 1990 e da actualidade? A percepção generalizada é um emigrante qualificado e jovem, que hoje em dia circula mais facilmente dentro dos países da União Europeia e no Espaço *Schengen*. Esta questão vai ser obviamente abordada de uma forma aprofundada mais à frente, mas por enquanto é importante reter alguns pontos e desfazer alguns mitos. Segundo os dados do INE (2006), para 2002, presentes no Gráfico 3, podemos ver que a maioria dos emigrantes têm baixas qualificações, sendo que mais de 80% dos emigrantes têm o Ensino Básico ou parte dele (1º, 2º ou 3º ciclos). Por outro lado, os emigrantes com Ensino Secundário representam apenas 5,5% do total, e os emigrantes com Ensino Superior 5,8%, ambos valores baixos, que somados representam pouco mais de 10% do total.

Gráfico 3 – Emigrantes segundo nível de ensino, 2002.

(INE/IMMS, 2003 in Estatísticas dos Movimentos Migratórios, 2006:38)

Quanto à idade dos emigrantes, a ideia comum da sua juventude está correcta, uma vez que entre 1992 e 1995, 71% dos emigrantes possuíam entre 15 e 39 anos (Garcia *et al*, 2000:55). No ano 2003, os valores não são apresentados nos mesmos intervalos, no entanto é facilmente perceptível o elevado número de jovens presentes na emigração portuguesa, uma vez que o intervalo de 15 a 29 anos corresponde 45% da emigração total, enquanto o intervalo seguinte, 30-44 anos, integra aproximadamente 24% do total. (INE, 2004).

Outra forma de caracterização dos emigrantes é o seu estado civil. O número de emigrantes solteiros e casados nunca tiveram uma diferença muito grande entre si. Segundo as médias de cada década (1950 – 1980), apenas em 1950 os números aparecem com uma diferença razoável entre si, com 58,5% de solteiros e 39,8% de casados, as restantes as percentagens são muito similares (Garcia *et al*, 2000)¹. Esta tendência continua a manter-se, pois segundo os dados consultados, entre 1992 e 1995, a média era de 49% de emigrantes solteiros e 48% de casados (Garcia *et al*, 2000:55). Mais recentemente, no ano 2003, os emigrantes casados ou em união de facto representavam 46,2%, enquanto os solteiros eram 46,4% do total (INE, 2004). Isto significa que esta questão se manteve estável ao longo do período analisado e que o estado civil não parece ter sido mais ou menos determinante para a emigração portuguesa.

¹ Quadro A.15

Por último, temos a caracterização da emigração portuguesa por sexo. Esta apresentou sempre valores mais altos de emigração masculina do que feminina entre as décadas de 1950 e 1980 (Garcia *et al*, 2000)². A emigração feminina, aquando de vagas maiores do que as habituais, é caracterizada como parte da reunificação familiar. Existe muitas vezes a situação em que o marido ou companheiro parte primeiro, para conhecer as condições laborais e sociais do país receptor, medindo os prós e os contras desta mudança. Se o parecer for positivo, eventualmente a mulher e os filhos juntar-se-ão a ele. Assim sendo, e como ponto de comparação com valores mais recentes, temos os anos 1964 e 1968, que representam respectivamente o valor mais alto e o valor mais baixo da emigração masculina na década de 1960. Em 1964, a percentagem de homens a emigrar foi de 69,3%, enquanto as mulheres representaram 30,7%. Por outro lado, em 1968, os homens foram 46,5% do total, enquanto as mulheres representaram 53,5% do total de emigrantes (Garcia *et al*, 2000)². Estes números parecem reflectir a realidade acima descrita, isto é, o número de mulheres aumenta como consequência do reagrupamento familiar, feito algum tempo mais tarde. Nos anos 1990, temos uma realidade um pouco diferente, sendo que a média feita entre os anos 1992 e 1995, diz-nos que os homens representavam 72% da emigração total (Garcia *et al*, 2000:55), valor este que sobe para 76,4%, quando nos referimos ao ano 2002 (INE/IMMS, 2003). Esta manutenção de valores baixos para a emigração feminina (sempre abaixo dos 30%), pode dever-se em parte, ao facto da emigração temporária, desde de finais da década de 1980, prevalecer sobre a emigração permanente. Assim sendo, e uma vez que a emigração temporária diz respeito a estadias menores que um ano, a reunificação familiar no país receptor deixa de fazer sentido, logo uma percentagem da emigração feminina é eliminada.

3.3.4. As migrações após 2003

Como foi referido anteriormente, os dados oficiais sobre a emigração portuguesa terminam em 2003, razão essa que nos levou a procurar outro tipo de dados para analisarmos esta questão nos anos posteriores a 2003. Assim sendo, apesar de não serem os indicadores ideais, recolhemos os saldos migratórios, saldos naturais e a taxa de crescimento migratório em Portugal, entre 2003 e 2008, assim como a população estrangeira a residir em Portugal entre 2005 e 2007. Com estes dados, tentaremos dar continuação à análise da situação migratória portuguesa nos últimos anos.

Como podemos averiguar, numa análise inicial às Tabela 10 e Tabela 12, o saldo migratório tem vindo a descer de uma forma acentuada, sendo que o valor de 2008 (9 361), não

² Quadro A.14

representa 1/6 do valor de 2003 (63 500). Consequentemente, a Taxa de Crescimento Migratório, apresenta valores em queda desde 2003. Uma vez que já não possuímos qualquer Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída após 2003, vamos tentar avaliar o saldo migratório através da imigração. Nos últimos anos houve uma subida nas atribuições de autorizações de residência, o que pode explicar o número crescente de imigrantes no nosso país, mesmo que as entradas anuais não sejam tão representativas. No entanto, o número de imigrantes tem apresentado um movimento crescente, com a exceção do ano 2005. Contudo, como não possuímos dados específicos, podemos apenas tentar explicar estes valores com o aumento da emigração portuguesa após 2003, uma vez que a imigração em Portugal não parece ter sofrido uma redução drástica nos seus valores.

Tabela 10 – Saldo Migratório, Saldo Natural, Taxa de Crescimento Migratório (%) e População estrangeira (2003 – 2008)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Saldo Migratório	63 500	47 250	38 400	26 100	19 500	9 361
Saldo Natural	3 720	7 330	1 937	3 403	- 1 020	314
Taxa de Crescimento Migratório (%)	0,61	0,45	0,36	0,25	0,18	0,09

(INE – Destaques, 2009)

Tabela 11 – População estrangeira a residir ou permanecer de forma legal em Portugal

População estrangeira a residir ou permanecer de forma legal em Portugal	433 650	447 155	414 659	420 189	435 736	440 277*
---	---------	---------	---------	---------	---------	----------

* Dados provisórios
(SEF, 2008)

Se o saldo migratório for obtido pela diferença do crescimento total e saldo natural com base nas estimativas de população, ora se aumenta o número de imigrantes legais e o saldo decresce, só podemos supor que aumenta a emigração.

Neste capítulo caracterizamos a emigração portuguesa intra-europeia, desde o início do fenómeno, na década de 1960 até hoje. Apesar de alguma diminuição dos fluxos migratórios ao longo dos anos, e da nova realidade imigratório no nosso país, “a constância do fenómeno migratório em Portugal pode atribuir-se à permanência de profundas assimetrias regionais no país e à existência de desequilíbrios geoeconómicos entre Portugal e os sucessivos países de destino” (Baganha, 1994:959).

4. Políticas Europeias

4.1. A mobilização política para a mobilidade europeia

Após a análise de um ponto de vista demográfico, passamos agora a analisar o campo político e a forma como este influenciou na emigração, com um foco especial para a realidade portuguesa. Assim sendo, analisaremos os quadros políticos respeitantes às questões das migrações, a partir de 1986, data em Portugal entrou na Comunidade Europeia. Uma maior atenção será dada ao Acervo de *Schengen*, designação que abrange o conjunto de acordos, convenções e outros instrumentos que definem o que constitui o Espaço *Schengen* e correspondem à criação e desenvolvimento deste espaço comum de mobilidade entre os países que o compõem.

Para perceber como evoluiu a questão da mobilidade dentro do espaço europeu, faremos uma pequena cronologia, com as datas mais importantes sobre este assunto, para assim percebermos a evolução política e temporal da mobilidade europeia. Começaremos por 1951, ano em que foi assinado o Acordo de *Schengen* e se deu início à criação deste espaço comum. Uma vez que partimos desta data, é necessário ter em conta que a Comunidade Europeia contava com dez países: Bélgica, França, República Federal da Alemanha, Itália, Luxemburgo e Holanda (os países fundadores – 1951), Dinamarca, Irlanda, Reino Unido (1973) e a Grécia (1981), embora nem todos tenham sido viéssem a fazer parte do Acordo de *Schengen*.

As razões para invocar esta data são três: primeiro, estamos perto do limite temporal estabelecido neste trabalho, recuando apenas uns anos para termos uma noção mais clara de alguns passos que já tinham sido dados anteriormente; em segundo, Portugal apenas passou a fazer parte da União Europeia em 1986, logo faz mais sentido estudar os acontecimentos posteriores a essa data; por último, apesar de todos os esforços para tornar a União Europeia num espaço comum, os objectivos económicos e financeiros estiveram sempre em primeiro lugar. Foi necessário chegarmos à década de 1980, para a questão da mobilidade e liberdade de circulação das pessoas se tornar num assunto com uma dimensão própria, não estando unicamente ligada aos assuntos económicos.

Relativamente aos acontecimentos enumerados na Tabela 13, não consideraremos a questão do Espaço *Schengen*, uma vez que mais adiante temos um ponto unicamente dedicado a

esta questão. Assim sendo, daremos atenção às restantes medidas europeias sobre a questão da mobilidade e das migrações e a outros passos fundamentais para a construção da União Europeia.

Em 1986, assistimos, não só, ao alargamento da União Europeia para doze países (com Portugal e Espanha), mas também à assinatura do Acto Único Europeu (AUE). Este documento visou a construção do mercado interno, que se tornou realidade em 1993, através de uma legislação mais exequível e de poderes renovados para os órgãos europeus. Com o AUE, “a unanimidade deixa de ser necessária para as medidas com vista ao estabelecimento do mercado interno, com excepção das medidas relativas à fiscalidade, à livre circulação das pessoas e aos direitos e interesses dos trabalhadores assalariados” (UE, 2007). No ano seguinte, 1987, temos a criação do programa Erasmus. Apesar de não ser uma política directamente relacionada com o tema das migrações, mostra o interesse da União Europeia na questão da mobilidade e das suas medidas neste sentido. Este programa de mobilidade de estudantes universitários, conta hoje com mais de 4000 estabelecimentos de ensino superior, em 31 países, incluindo 90% das universidades da UE e com mais de dois milhões participantes desde a sua criação. (Comissão Europeia, 2009). “The programme is open to the 27 Member States of the European Union, the three EEA countries (Iceland, Liechtenstein and Norway) and to EU candidate countries (such as Turkey)” (ESN, 2007).

A década de 1990 inicia-se com a reunificação da Alemanha, após a queda do Muro de Berlim, em Novembro de 1989. Este facto é por vezes tido em conta como um dos alargamentos da UE, mas esta posição não é unânime. Em 1992, temos a assinatura do Tratado de Maastricht (que entrou em vigor em 1993), “uma etapa importante ao estabelecer regras claras para a futura moeda única, a política externa e de segurança e o reforço da cooperação em matéria de justiça e de assuntos internos” (UE, s/d). No ano seguinte, temos a realização de um projecto estabelecido no Acto Único Europeu (AUE), o Mercado Único Interno. Para além das óbvias vantagens económicas, na circulação de mercadorias e de serviços, que um sistema de mercado único traz consigo, existiram progressos na mobilidade e na vida dos europeus. Relativamente a números podemos falar que *“more than 15 million EU citizens have moved across borders to work or to enjoy their retirement. They can vote and stand for office where they live. EU migrant workers enjoy the right to equality of treatment as regards employment, remuneration and others conditions of work, as well as social and tax advantages* (Commission of the European Communities, 2007).

Em 1995, assistimos a mais um alargamento, com a entrada de três países: a Áustria, a Finlândia e a Suécia. Dois anos depois, com a UE a quinze países, é assinado o Tratado de Amesterdão. As principais reformas deste Tratado estão divididas em quatro grandes áreas:

- I. Liberdade, segurança e justiça;
- II. A União e o Cidadão;
- III. Política externa eficaz e coerente;
- IV. Questões institucionais.

Destas quatro áreas, a mais importante para a nossa análise é a segunda, uma vez que trouxe avanços quanto ao conceito de cidadania europeia, completando a lista dos seus direitos cívicos, enquanto portador dessa condição. Outro ponto fundamental nesta análise, é o facto de ter sido neste Tratado que as questões relativas às migrações passaram finalmente da fazer parte da legislação europeia. Podemos encontrar a legislação sobre o fornecimento de vistos, asilo, imigração e outras políticas relacionadas com a livre circulação de pessoas, no Título IV, Capítulo 63 deste mesmo Tratado.

Com o começo de uma nova década, assistimos em 2001, à assinatura do Tratado de Nice. Este teve em vista a preparação de mais um alargamento, o maior da história da UE, com uma entrada conjunta de dez países, em 2004. São eles Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa. Desta forma, as alterações foram maioritariamente de cariz institucional, uma vez que a dimensão da nova UE assim o exigia. No entanto, em 2004 não assistimos apenas a um alargamento. Neste mesmo ano foi assinada a Directiva 2004/38/CE, que regula o direito à livre circulação e residência dos cidadãos da União e dos membros das suas famílias, que por seu lado veio revogar as Directivas 64/221/CEE, 68/360/CEE, 72/194/CEE, 73/148/CEE, 75/34/CEE, 75/35/CEE, 90/364/CEE, 90/365/CEE e 93/96/CEE, que regulavam os direitos de entrada e residência.

As disposições gerais da directiva 2004/38/CE são:

- Direito de circulação e de residência até três meses;
- Direito de residência de duração superior a três meses;
- Direito de residência permanente;
- Disposições comuns ao direito de residência e ao direito de residência permanente;
- Limitação do direito de entrada e de residência por razões de ordem pública, de segurança pública ou de saúde pública.

Esta directiva, para além de agrupar em si a complexa legislação de nove directivas sobre o direito de entrada e residência dos cidadãos da UE, “ajudará, não só os cidadãos mas também as administrações nacionais a aplicarem estes direitos. Além disso, a directiva tem por objectivo simplificar ao máximo as formalidades do exercício de direito de residência dos cidadãos da União Europeia e da sua família” (UE, 2007).

Por último, em 2007, assistimos ao último alargamento até à data, com a entrada da Bulgária e da Roménia, completando os 27 estados-membros actuais. Neste mesmo ano, foi assinado em Portugal o Tratado de Lisboa. Este encontra-se em fase de ratificação final pelos 27 estados-membros.

Tabela 122 – Cronologia de acontecimentos relevantes na União Europeia entre 1985 e 2008

Ano	Acontecimento
1985	Assinatura do Acordo de <i>Schengen</i> : Alemanha, Bélgica, França, Luxemburgo e Países Baixos.
1986	Adesão de Portugal e Espanha à Comunidade Europeia; Assinatura do Acto Único Europeu.
1987	Lançamento do Programa <i>Erasmus</i> .
1990	Reunificação da Alemanha.
1991	Assinatura do Acordo de <i>Schengen</i> por Portugal e Espanha.
1992	Tratado de Maastricht (ou Tratado da União Europeia).
1993	É criado o Mercado Único Europeu (livre circulação das mercadorias, dos serviços, das pessoas e dos capitais).
1995	Entra em vigor o Acervo de <i>Schengen</i> ; Alargamento da UE: adesão da Áustria, Finlândia e Suécia.
1997	Tratado de Amesterdão.
2001	Tratado de Nice.
2002	Entra em circulação a moeda única.
2004	Alargamento da UE: adesão do Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa; Entrada em vigor da Directiva 2004/38/CE aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho.
2007	Alargamento da UE: Adesão da Roménia e Bulgária; Assinatura do Tratado de Lisboa.

(UE, s/d³ e CIEJD, s/d⁴)

Em resumo, a mobilidade europeia tem se tornado mais fácil, uma vez que os direitos dos cidadãos da UE têm crescido, no respeito à possibilidade de circulação e residência nos demais países comunitários. O facto de se possuir a nacionalidade de um estado-membro, traz consigo um sem número de direitos para o cidadão e para a sua família. Os direitos são uniformizados e respeitados nos restantes países, facilitando o processo, aquando a decisão de viver num outro país da UE. Porém, apesar dos desenvolvimentos na mobilidade europeia, estes aspectos dizem apenas respeito à circulação interna, uma vez que a entrada para a UE através das fronteiras externas é feito através de um processo mais completo e complexo. Mas para nos debruçarmos melhor sobre a questão do espaço comum, passaremos à análise do Espaço *Schengen*, desde a sua criação até às disposições que hoje consagra.

4.2. O Espaço Schengen

4.2.1. Criação e Alargamento

Após uma reflexão sobre a trajectória europeia em matéria de mobilidade, passamos ao aprofundamento do Acervo de *Schengen* e das suas acções. Iremos analisar um pouco da sua história e dos países que o compõem, para podermos compreender o processo envolvido num projecto desta dimensão. Surgido da impossibilidade de um conceito comum comunitário de “livre circulação de pessoas”, o Espaço *Schengen* começou por existir de um acordo para a abolição de fronteiras entre os cinco países que o assinaram, passando apenas em 1999, a fazer parte da legislação da União Europeia.

Apesar de o Acordo de *Schengen* ter sido assinado em 1985, como podemos ver na Tabela 13, este só passou a ter efeitos práticos dez anos mais tarde, em 1995. Por esta mesma razão, podemos apreender a dimensão e a complexidade deste projecto ambicioso, de um espaço europeu comum. Hoje em dia, o Espaço *Schengen* é composto por vinte e cinco países: vinte e dois pertencem à UE e três são extra-comunitários. O Reino Unido e a Irlanda aderiram apenas a parte do Acervo, e um novo país, o Liechtenstein, está a negociar a sua entrada.

Para nos ajudar na evolução temporal e espacial do Espaço *Schengen*, temos a Tabela 13, onde podemos ver as datas das assinaturas, assim como os anos em que os países demonstraram

³ (http://europa.eu/abc/history/index_pt.htm)

⁴ (<http://www.aprendereuropa.pt/page.aspx?idCat=514&idMasterCat=300>)

o interesse em fazer parte de do Espaço *Schengen* (como o caso do Reino Unido e da Irlanda). É de maior valor ter em conta algumas questões, antes analisar a próxima Tabela: o Reino Unido e a Irlanda escolheram controlar as suas fronteiras, “*although they have been authorised to apply some of the provisions on police and judicial co-operation in criminal matters*” (Comissão Europeia, s/d); o Chipre ainda controla as suas fronteiras, ao contrário dos nove estados-membros que aderiram à UE em 2004; a Bulgária e a Roménia ainda não fazem parte do Espaço *Schengen*, uma vez que ainda não reuniram todas as condições para aplicar o Acervo de *Schengen*.

Tabela 133 – Cronologia da evolução do Espaço Schengen entre 1985 e 2007.

Ano	Acontecimento
1985	Assinatura do Acordo <i>Schengen</i> pela Alemanha, Bélgica, França, Holanda e Luxemburgo.
1990	Assinatura da Convenção <i>Schengen</i> pelos cinco países fundadores; Assinatura dos Acordos pela Itália;
1991	Assinatura dos Acordos por Espanha e Portugal.
1992	Assinatura dos Acordos pela Grécia.
1995	Entra em vigor a Convenção de <i>Schengen</i> ; Assinatura dos Acordos pela Áustria.
1996	Assinatura dos Acordos pela Dinamarca, Finlândia e Suécia/ Islândia e Noruega (extra-comunitários).
1999	Integração do Acervo <i>Schengen</i> na UE, através de protocolo anexo ao Tratado de Amesterdão; Adesão parcial ao Acervo de <i>Schengen</i> pelo Reino Unido.
2000	Adesão parcial ao Acervo de <i>Schengen</i> pela Irlanda.
2004	Assinatura dos Acordos de <i>Schengen</i> pelo Chipre (não implementado), Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa/ Suíça (extra-comunitário).
2007	Assinatura dos Acordos de <i>Schengen</i> pela Bulgária (não implementado) e Roménia (não implementado).

(UE, 2008; UE, s/d⁵ e Comissão Europeia, s/d⁶)

Para além destes vinte e cinco países (na contagem oficial não se incluem os países que ainda não implementaram o Acervo, ou o Reino Unido e a Irlanda, uma vez que não o integram na

⁵(http://europa.eu/scadplus/glossary/Schengen_agreement_pt.htm)

⁶(http://ec.europa.eu/youreurope/nav/en/citizens/travelling/Schengen-area/index.html#23297_3)

totalidade), temos o Liechtenstein, que planeia fazer parte de *Schengen* brevemente. Segundo um Comunicado da Comissão Europeia (2008), espera-se que tal venha a acontecer no final de 2009, após avaliação.

4.2.2. Composição e Objectivos

Após uma pequena introdução, sobre o nascimento e o desenvolvimento do Espaço *Schengen*, assim como da área e dos países que hoje abrange, seguimos agora para a composição deste Acervo e dos seus objectivos consagrados na legislação. Como foi referido anteriormente, o primeiro Acordo foi assinado em 1985, porém, cinco anos mais tarde foi assinada a Convenção *Schengen*, um texto com algumas alterações e mais completo do que o Acordo. “O Acordo e a Convenção de *Schengen*, as regras adoptadas com base nestes dois textos e os acordos conexos constituem o «acervo de *Schengen*». Desde 1999, o acervo de *Schengen* foi integrado no quadro institucional e jurídico da União Europeia por força de um protocolo anexo ao Tratado de Amesterdão” (UE, s/d). Após o Tratado de Amesterdão, uma vez que se tornou parte da legislação da UE, tornou-se obrigatório para todos os países candidatos à adesão à União Europeia a aplicação do Acervo de *Schengen*.

Entre as medidas tomadas pelos Estados-Membros com a assinatura do Acervo de *Schengen*, podemos destacar as seguintes:

- A abolição dos controlos nas fronteiras comuns e a transferência desses controlos para as fronteiras externas;
- A definição comum das condições de passagem das fronteiras externas, bem como das regras e modalidades uniformes de controlo das pessoas nessas fronteiras;
- A separação, nos aeroportos e nos portos, entre os viajantes que circulam no interior do espaço *Schengen* e os provenientes de territórios situados fora desse espaço;
- A harmonização das condições de entrada e de vistos para as estadas de curta duração;
- A instituição de uma coordenação entre administrações para fiscalizar as fronteiras (funcionários de ligação, harmonização das instruções e da formação do pessoal);
- A definição do papel dos transportadores na luta contra a imigração clandestina;
- A obrigação de declaração para todos os nacionais de países terceiros que circulem de um país para outro;
- A definição de regras relativas à responsabilidade pela análise dos pedidos de asilo, retomadas na Convenção de Dublin, que foi substituída, em 2003, por um regulamento (Regulamento Dublin II);

- A instauração do direito de observação e de perseguição transfronteiras para os agentes de polícia dos Estados do espaço *Schengen*;
- O reforço da cooperação judicial através de um sistema de extradição mais rápido e de uma melhor transmissão da execução das sentenças penais;
- A criação do Sistema de Informação de *Schengen* (SIS).

Como podemos observar, a criação do Espaço *Schengen* trouxe consigo liberdades de circulação e mobilidade muito úteis e inovadoras. No entanto, esta liberdade precisa de ser regulada com inter-cooperação entre os países membros, uma vez que é necessário garantir a segurança dos cidadãos europeus. Estas medidas tornam-se reais através da cooperação policial e judicial entre os países e da criação SIS (Sistema de Informação *Schengen*), que será aprofundado um pouco mais à frente.

Para além da liberdade de mobilidade, o Espaço *Schengen* serviu também para fortalecer as fronteiras exteriores, enquanto as interiores desapareciam. Na verdade,

“the Agreement aimed at making faster progress in the dismantling of internal frontiers, particularly among the signatory member-states, with gradual harmonization of immigration and security issues as long-term goals. Ultimately the efforts to seriously coordinate free movement prompted more restrictive controls over borders” (Lahav, 2004:41).

Assim sendo, ao mesmo tempo que se harmonizam as relações entre os países-membros, trabalha-se no sentido de regular e fortalecer as fronteiras exteriores, dando ao lugar a uma “Europa-Fortaleza”, limitadora da imigração vinda de países terceiros.

4.2.3. Sistema de Informação de Schengen

A liberdade de circulação no Espaço *Schengen* precisou de ser regulada, exigindo o esforço e cooperação dos diferentes países que o compõem. Para tal foi criado o Sistema de Informação *Schengen* (SIS), “um sistema de informação que permite às autoridades nacionais responsáveis pelos controlos fronteiriços e por outros controlos aduaneiros e policiais efectuados no seu país e pela coordenação destes controlos, bem como às autoridades judiciais destes países, obter informações sobre pessoas ou objectos” (UE, 2008), e está activo desde 26 de Março de 1995.

Fazem parte do SIS todos os países em que se encontra implementado o Acervo de *Schengen*, juntamente com o Reino Unido e a Irlanda, que participam parcialmente no Acervo

através deste Sistema, nas áreas da cooperação policial e judiciária em matéria penal e da luta contra o tráfico de estupefacientes.

A forma como o Espaço *Schengen* é apresentado hoje em dia, um espaço comum e seguro, onde nos podemos deslocar com uma enorme liberdade, precisa de um elemento que o regule e monitorize, daí a existência do SIS “*a computer database that served as the backbone of the Schengen Agreement*” (Lahav, 2004:43). Como instrumento indispensável à manutenção do Espaço *Schengen*, foi imperativo proceder à sua actualização e modernização. “Tendo em conta os progressos entretanto realizados no domínio das tecnologias da informação, considerou-se necessário desenvolver um novo sistema com funcionalidades mais avançadas, assente em tecnologias de ponta “ (UE, 2008), sendo assim foi criado o SIS II. Apesar de ter surgido com um regulamento e uma decisão em 2001, o SIS II ainda não se encontra em funcionamento, uma vez que não passou nos testes feitos para provar a sua funcionalidade. Desta forma, encontra-se actualmente em vigor o SIS 1 +, o SIS inicial com algumas adaptações técnicas. Enquanto o SIS II não puder ser adoptado, foi criado um sistema temporário coordenado por Portugal, aquando a entrada de nove novos países, a que se dá o nome de SISone4all. Este sistema, permitiu a entrada e funcionamento do SIS nos novos países, conectando-os aos já Estados-membros do Acervo de *Schengen*, enquanto se aguarda o início do funcionamento do SIS II (UE, 2008).

Apesar da sua utilidade e necessidade, “*SIS was intended to hold data relating to aliens, asylum-seekers, criminals, firearms, vehicles and persons under surveillance by a state security agency, this kind of data transmission became controversial on ideological grounds because of data protection safeguards and individual rights*”(Lahav, 2004:43). Esta, entre muitas outras questões, põe em causa a posição da UE em matéria de direitos individuais e humanos. O Acervo de *Schengen* permite a quase total liberdade de mobilidade, dentro do seu espaço, mas em contrapartida, somos vigiados e controlados por um Sistema de Informação, que quase nos passa despercebido. Por outro lado, as fronteiras externas do Espaço *Schengen* são também elas fortemente controladas, de forma a limitar o número de imigrantes e a proteger o espaço comum europeu. A Europa, que se apresenta como um local de liberdade e mobilidade, dentro das suas fronteiras, mostra-se ao mesmo tempo limitativa e controladora, quando o assunto são as fronteiras que a separam do resto do mundo.

4.3. As migrações na legislação europeia

Após analisarmos os acontecimentos mais relevantes no panorama europeu, assim como uma das políticas mais importantes para esta temática, o Acordo de *Schengen*, iremos abordar neste capítulo a legislação europeia e a sua evolução, no campo das migrações.

Como foi dito anteriormente, as questões sobre as migrações, o asilo e a mobilidade, só passaram a fazer parte da legislação da União Europeia com o Tratado de Amesterdão, em 1997. Antes desta data, o Acordo de *Schengen* existia paralelamente, sem fazer parte da legislação europeia. Contudo para termos uma noção completa da evolução de uma política comum europeia no campo das migrações, é necessário levar em conta não só o Tratado e o Acordo de *Schengen*, mas também a restante legislação. Esta legislação encontra-se sobre a forma de conclusões e textos do Conselho da UE, as comunicações da Comissão Europeia, os planos de acção, os programas e toda a restante legislação produzida na UE.

A primeira referência às migrações encontra-se no Título IV, capítulo 63 do Tratado de Roma, através de legislação que regula a emissão de vistos, as questões de asilo, imigração e o livre movimento de pessoas. Porém, nos anos que se seguiram, as questões económicas tiveram sempre um papel preponderante, deixando para segundo plano várias temáticas, que apenas voltaram a estar na ordem do dia alguns anos mais tarde. Entre elas temos a temática da migração e da mobilidade, que foi retomada oficialmente com o Acordo de *Schengen*, em 1985. Porém, precisamos de chegar ao ano de 1999, para o Acervo de *Schengen* se integrar na legislação da UE, através de um protocolo anexo ao Tratado de Amesterdão, como foi referido anteriormente. Assim sendo, a legislação que hoje regula os assuntos migratórios e de mobilidade e a busca por uma política migratória comum, são bastante recentes, surgindo na sua maioria após o Tratado de Amesterdão, em 1997.

Como exemplo dos trabalhos feitos para promover uma política migratória comum, temos dois planos de acção criados pelo Conselho e pela Comissão Europeia, que se destinam a regular o espaço de liberdade, segurança e justiça, fortalecendo estes conceitos, principalmente o de liberdade. No primeiro plano, criado para aplicar as disposições do Tratado de Amesterdão nesta área, vigente entre 1999 e 2004, através do Programa de Tampere, podemos ler que:

“o Tratado de Amesterdão também abre caminho para conferir à noção de «liberdade» um significado que vai para além da livre circulação de pessoas através das fronteiras internas. É

também a liberdade de viver num ambiente em que a lei é respeitada, na certeza de que as autoridades públicas envidam todos os esforços, individualmente ou em conjunto (no plano nacional, da União e para além dela) para combater e refrear aqueles que pretendem negar ou abusar desta liberdade. A liberdade pressupõe igualmente o respeito de todos os direitos humanos fundamentais, incluindo a protecção contra todas as formas de discriminação, tal como previsto nos artigos 12º e 13.º do TCE e 6.º do TUE” (UE, 1999:7).

A palavra liberdade serve duas aplicações, a liberdade de circulação dentro do espaço comunitário, isto é, a mobilidade das pessoas que fazem parte desse espaço, e por outro lado, as liberdades inerentes aos cidadãos, uma vez que se encontram na UE. Porém, ambos os conceitos falam da liberdade legal, isto é, pessoas estabelecidas na UE legalmente, pretendendo combater quem negue ou abuse desta liberdade. Há assim a tentativa de garantir os direitos dos imigrantes nos vários países da UE, trabalhando nos seus direitos e na tolerância, mas ao mesmo tempo unindo esforços, através do SIS, para travar a imigração clandestina.

O próximo plano de acção foi posto em prática para implementar o Programa de Haia, entre 2005 e 2010, reforçando a área da liberdade, segurança e justiça na UE. No ponto 2., intitulado “Reforçar a liberdade”, apontam-se medidas a tomar em vários pontos que se envolvem nesta temática (Conselho da União Europeia, 2005: 3-22):

- Comparação e aproximação do conceito de cidadão da UE com nacional da UE;
- Actualização dos dados estatísticos migratórios;
- Desenvolvimento do Sistema Comum de Asilo;
- Migração Legal
 - Admissão;
- Luta contra a imigração ilegal
 - Política eficaz de afastamento e repatriamento baseada em normas comuns;
 - Cooperação com países terceiros na gestão da migração e do asilo.
- Gestão das fronteiras, biometria, sistemas de informação e políticas de vistos
 - Abolição dos controlos das pessoas nas fronteiras;
 - Aplicação do Acervo de *Schengen* e o SIS II;
 - Criação de um sistema integrado de gestão de fronteiras externas.
- Partilha de informações entre autoridades responsáveis pela aplicação da lei e autoridades judiciais, tendo em conta a o equilíbrio entre o respeito da vida privada e segurança;

- Continuação do desenvolvimento de uma abordagem global coerente para lutar contra o terrorismo e a criminalidade organizada;
- Cooperação policial e aduaneira;
- Reforçar a justiça
 - Confiança mútua;
 - Cooperação judiciária em matéria penal;
 - Reforço da cooperação.

De uma forma geral, este plano de acção vem apenas reforçar as tendências anteriormente descritas, dando ênfase ao aumento e actualização da informação e dos dados relativamente às migrações. Para além deste ponto, há outro que se salienta neste discurso: a cooperação. Seja a cooperação entre os países da UE, entre países terceiros ou a cooperação no campo da justiça, é bastante clara a tentativa de unir esforços e incluir todos os envolvidos nesta questão. Os resultados práticos dos planos de acção são a construção de uma política migratória comum, que vem sendo construída e aperfeiçoada, mas que, possivelmente, não terá uma versão definitiva. Isto acontece porque a imigração dentro da UE não depende unicamente da Europa. As mudanças ocorridas nos mais variados países do mundo, podem eventualmente afectar os fluxos migratórios para a Europa. No entanto, apesar de estarmos perante políticas mais rigorosas quanto ao controlo das entradas, nada nos indica que essa situação não se possa alterar, e as políticas passem a ser mais permissíveis. Independentemente dos rumos das migrações, os canais foram criados e a cooperação vai sendo instituída nas mais diversas vertentes, unindo as partes envolvidas para haver diálogo e para se criarem regulamentos e soluções. Seguindo esta linha, vão-se formando acordos e políticas bilaterais entre os países da UE e terceiros, com vista a consagrar laços já existentes entre os países.

Numa tentativa de legislar os muitos campos de acção das migrações, temos assistido desde o final dos anos 90, ao aumento do número de normas, programas e comunicações que regulam este tema. Pois, “tendo em conta o contexto económico e demográfico da União e o dos países de origem, é manifesto que se tem cada vez mais consciência de que as políticas de imigração “zero” praticadas durante estes últimos trinta anos já não são adequadas” (Comissão Europeia, 2000:3). Assim sendo, após o Tratado de Amesterdão, procedeu-se a uma política comum, que actua em conformidade com a realidade migratória actual, seguindo quatro elementos básicos: a parceria com os países de origem; um regime comum europeu de asilo; o tratamento equitativo dos nacionais de países terceiros; e a gestão dos fluxos migratórios.

4.4. A evolução das políticas migratórias na UE

Após analisar a evolução das políticas migratórias, assim como o conceito de migração, na União Europeia, iremos observar as suas modificações e como estas foram ocorrendo ao longo dos anos. As diferentes perspectivas serão enquadradas nas teorias anteriormente descritas neste documento.

Recuando ao espaço temporal inicialmente abordado para este estudo, nos anos 1950 e 1960, as prioridades europeias não passavam pela criação de regulamentos para a migração. Na verdade, as migrações tiveram lugar nestas décadas devidos aos factores push-pull, que encontramos na Europa nessa época. Por um lado temos os países do sul, pouco desenvolvidos e com crescimentos populacionais ainda significativos, enquanto a Europa ocidental, a tentar recuperar da guerra, incentiva a imigração para uma recuperação mais rápida. Mas obviamente temos de incluir na equação a vertente social, uma vez que os laços familiares e as redes de conhecimentos pessoais foram factores essenciais para este fenómeno adquirir a dimensão que teve. Assim sendo, a abordagem das Redes mostra-nos a importância das relações sociais, aquando a decisão de emigrar. O apoio dado pelos familiares, amigos ou conterrâneos, tanto na planificação, como na integração, uma vez chegados a um novo país, foram fulcrais para a decisão ter sido tomada. Por outro lado, a Nova Economia das Migrações, uma abordagem económica, normalmente baseada nas decisões individuais, não deixa de parte a influência da família na decisão. A abordagem desta dimensão nas migrações é essencial, uma vez que a emigração dos anos 1950, 1960 e 1970 resultou na ida de famílias inteiras para outros países. Uma vez que as políticas europeias não tinham um carácter comum, sendo que cada país definia quase por completo a posição a tomar em relação aos imigrantes, tornava-se imperativo a ajuda de outras pessoas para obter informações sobre os aspectos legais desse país e na integração laboral e social do emigrante.

De uma forma geral, o trabalho oferecido aos emigrantes era em áreas não apreciadas pelos nacionais, sendo nesta suposição que se baseia a Teoria do Mercado Segmentado e a Economia Informal. Desta forma, existe um mercado informal que serve de atracção aos emigrantes de países menos desenvolvidos. Na verdade, esta teoria pode-se aplicar não só a estas décadas, mas também às seguintes. Apesar da crescente emigração qualificada, no caso português, a grande maioria dos emigrantes continua a ter poucas habilitações, o que faz com se

sejam empregues em trabalhos pouco qualificados, usualmente não muito ambicionados pelos nacionais.

Na década de 1980, mais precisamente em 1985, com a assinatura do Acordo de *Schengen*, assistimos ao começo da uniformização das políticas migratórias, apesar de não ter sido essa a única (e talvez nem a principal) razão para esta medida. Na verdade, alguns estudiosos referem o controlo das fronteiras externas como a principal razão para este Acordo. Mas independentemente das verdadeiras motivações de *Schengen*, a realidade é que estamos perante um passo enorme nas políticas migratórias. Após este período podemos dizer que estamos perante uma abordagem política. Uma vez regulada esta matéria, os Estados, neste caso o conjunto de países que participam no Acervo de *Schengen* (e mais tarde a UE), puderam interferir nesta questão, através do controlo das fronteiras, da emissão de vistos e das naturalizações. Estes aspectos, juntamente com o trabalho na integração, podem facilitar ou criar barreiras nas correntes migratórias. A atracção da UE nos rumos migratórios é indiscutível, porque, segundo as teorias do Sistemas-Mundo, as diferentes áreas salariais no mundo fazem que os rumos se dirijam claramente às áreas mais ricas, normalmente no sentido periferia-centro.

Apesar de algumas das correntes migratórias, e das políticas para elas destinadas, se enquadrarem em teorias tanto macro como micro, a abordagem Sistémica aplica-se a quase todos os casos, uma vez que esta engloba em si mesma vários pontos defendidos em outras teorias. Esta teoria conjuga a unificação do espaço e do contexto das migrações, interligando as vertentes macro e micro. Associa também a capacidade das migrações de evoluírem e de se modificarem, assim como inclui o papel do Estado enquanto regulador destes acontecimentos.

5. Reflexão sobre a relação entre as políticas migratórias europeias e a emigração portuguesa

Após a análise das várias faces envolvidas na questão das migrações, iremos agora fazer a ligação entre as partes, e reflectir sobre os resultados. Assim sendo, faremos um resumo da emigração portuguesa e das suas características principais, ao longo das diferentes décadas, relacionando-as com o contexto europeu. Desta forma, vamos analisar a evolução e as modificações da emigração, de forma a construir um panorama geral com as novas tendências e características da emigração portuguesa, e a forma como esta é influenciada pelas políticas europeias.

No nosso estudo sobre a emigração portuguesa, escolhemos começar a nossa análise na segunda metade do século XX, uma vez que é nesta época que a emigração portuguesa tem como destino, na sua maioria, a Europa. Como observamos anteriormente no capítulo 3, o peso da Europa na emigração portuguesa torna-se maioritário, situação essa que permanece até aos dias de hoje. Para tal realidade, podemos invocar a proximidade geográfica, comparativamente com os antigos destinos principais que se situavam no continente americano, e a nova atractividade dos países europeus, que facilitavam estas mesmas deslocações.

5.1. As características da emigração portuguesa nas décadas de 1960, 1970 e 1980

Se recuarmos até à década de 1950, estamos perante um Portugal pobre, atrasado e ditatorial, razões mais do que suficientes para a onda de emigração que se seguiu nos anos seguintes. Se a tudo isto juntarmos uma Europa Ocidental apelativa para os emigrantes, tanto pelo desenvolvimento, como pelas facilidades dadas no que diz respeito à entrada e à empregabilidade no país, estão reunidas as condições para o maior fenómeno emigratório presenciado em Portugal, que teve lugar nas décadas de 1960 e 1970.

Durante a década de 1960 e nas duas seguintes, o perfil do emigrante manteve-se razoavelmente igual, na sua maioria do sexo masculino (com alguns anos em que o sexo feminino é mais representativo devido ao reagrupamento familiar), em idade activa, com poucas ou

nenhumas qualificações, sendo a emigração maioritariamente permanente. O pico da emigração (através da informação conhecida sobre a emigração oficial e clandestina), deu-se entre os anos 1966 e 1971. Durante este período, o emigrante português típico escolheu um país europeu para emigrar, (com a excepção das ilhas, cuja emigração para o continente americano esteve sempre no topo dos destinos preferidos), sendo a França o país que mais portugueses acolheu, contando com um total de 567 000 portugueses (nascidos em Portugal) no seu território, no ano 2005 (Observatório da Emigração, 2009).

Esta caracterização do emigrante português, manteve-se maioritariamente constante durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, apenas com algumas alterações nos anos 80, onde podemos começar a analisar o aumento da emigração temporária. Em 1986, assistimos à entrada de Portugal na UE, o que significou um novo conjunto de regulamentos no campo das migrações.

5.2. A entrada na UE e no Espaço *Schengen*

Em 1986 assistimos a um momento histórico para Portugal, com a sua entrada na União Europeia. Este novo passo trouxe consigo novos apoios, novas metas, assim como novas regras para o país. Desta forma, Portugal passa a respeitar normas e regulamentos que se situam acima do seu governo próprio, e a resolver os mais variados assuntos em conjunto com os restantes países comunitários.

Num contexto europeu, mas não comunitário, foi assinado o Acordo de *Schengen* em 1985, sendo em 1991 assinado por Portugal e Espanha. Este foi o primeiro passo na uniformização da temática das migrações na Europa, apesar do seu primeiro propósito ter sido o fortalecimento das fronteiras externas. Porém, as medidas tomadas dentro do Espaço *Schengen*, isto é, a facilidade de mobilidade e a simplificação dos processos aquando a mudança de país, impulsionou uma das características mais marcantes da emigração portuguesa de hoje em dia: o seu carácter temporário. Apesar do Acordo de *Schengen* apenas ter sido posto em prática no ano 1995, nós iniciamos a observação dos dados a partir de 1991. Este foi o ano em que Portugal assinou o Acordo, sendo que, apesar de ainda não ter efeitos práticos na altura, já temos passado a lidar com expectativas, assim como com o trabalho que se fez nesta área, para o Espaço *Schengen* ter sido posto em prática em 1995. Porém, é necessário referir, que a análise dos dados se inicia na prática em 1992, uma vez que com a passagem da contabilização do número de entradas através

de inquéritos, e não através da contagem dos passaportes, não existem quaisquer dados para os anos de 1989, 1990 e 1991, devido a esta transição.

O Acordo de *Schengen*, contribui para o reforço das fronteiras externas, mas também a abertura das fronteiras internas. A facilidade na mobilidade, assim como o próprio espaço, foram sempre crescendo. Estes acontecimentos foram impulsionados, por exemplo, com a inclusão deste Acordo na legislação europeia, tornando-se obrigatório para todos os países aquando a entrada na UE. O desenvolvimento e a simplificação das políticas migratórias, como é o caso da directiva 2004/38/CE, que substitui 9 directivas, uniformizou e harmonizou alguns procedimentos comuns em todos os países, assim como concedeu o direito de circulação e residência até três meses. Esta medida simplificou alguns processos da emigração, nomeadamente as migrações sazonais ou temporárias. A permissão da residência e circulação e as garantias dadas em qualquer país dentro do Espaço *Schengen*, impulsionaram algumas das mudanças nas características da emigração e dos emigrantes. Por último, a criação do SIS, permitiu o controlo e a harmonização jurídica e judicial, na gestão da mobilidade interna e das fronteiras externas.

5.3. As características das emigração portuguesa entre 1991 e a actualidade

Após assistirmos a uma onda migratória de enormes proporções com destino ao continente europeu, houve um abrandamento dessas saídas (como podemos comprovar através dos números de emigrantes na década de 1980), mas que, na verdade, nunca cessaram por completo. Uma vez chegados à década de 1990, e até aos dias de hoje, a emigração portuguesa assumiu novas características. Que conclusões podemos tirar sobre o efeito das políticas europeias na emigração em Portugal? Para tentarmos responder a esta pergunta, passaremos a analisar as características da emigração e dos emigrantes portugueses, procurando as alterações, ou então, a continuação de comportamentos, através de uma explicação lógica para esses acontecimentos.

A escolha deste tema, isto é, a relação entre a emigração e as políticas migratórias europeias, já encerra em si a relação entre Portugal e outros países europeus que são destinos dominantes. Esta tendência que começou há várias décadas atrás mantém-se como predominante ainda hoje. Apesar da perda de importância de alguns destinos, ao mesmo tempo que outros passam a emergir nos lugares cimeiros das preferências portuguesas, a predominância é sempre europeia, sendo que alguns países nunca perderam a sua atracção para os emigrantes portugueses. Durante as décadas de 1960 e 1970, a França era o destino para onde se deslocaram

mais portugueses, seguida por países como a Alemanha e o Luxemburgo. Nos anos 1980, vimos surgir a Suíça como novo destino, que eventualmente se tornou num dos mais importantes da actualidade. Já no final da década 1990 e no início dos anos 2000, surgiu o Reino Unido e a Espanha (em especial na construção civil), como uma das direcções dos emigrantes. Segundos os dados do INE, no ano 2002 e 2003, a Suíça e a França alternaram entre si o primeiro e o segundo lugar. Apesar da Suíça apenas ter passado a fazer parte do Espaço *Schengen*, na sua totalidade, em 2009, a necessidade de mão-de-obra estrangeira, nomeadamente em áreas como a hotelaria e a restauração (Marques e Góis, 2007: 4), pode explicar esta realidade. Os outros países que se apresentam nos lugares cimeiros da emigração portuguesa (França, Reino Unido, Alemanha, Espanha e Luxemburgo), fazem parte do Espaço *Schengen*, com a situação especial do Reino Unido, que não adoptou o Acordo na sua totalidade. Para além deste facto, estes países têm em comum, com a excepção do Reino Unido, o facto de os valores da emigração temporária serem em todos os casos superiores aos valores da emigração permanente.

Já referida por várias vezes em capítulos anteriores, a predominância da emigração temporária sobre a permanente foi uma realidade que se foi afirmando durante os anos 1990. Esta alteração é claramente fruto das novas possibilidades dadas pelo Acordo *Schengen* e pela União Europeia para a mobilidade e as facilidades concedidas para estadias de curta duração. No entanto, apesar de a emigração temporária ter maior expressão, a emigração permanente apresenta um crescimento, não contínuo, após 1999. É neste ano que encontramos o valor mais baixo da emigração permanente, entre 1992 e 2003, sendo sempre superior nos anos seguintes (Tabela 9).

Como não poderíamos deixar de referir a explicação relativa às mudanças nas características da emigração recente, esta deve-se em parte das suas mudanças ao desenvolvimento e aumento dos meios de comunicação. À medida que os anos avançam, mais tempo é retirado aos trajectos e mais fácil se torna chegar aos mais diversos lugares, inclusivamente aos lugares de menor dimensão e mais distantes. Esta evolução contribuiu largamente para algumas das novas características da emigração portuguesa, como seja o aumento da emigração temporária e por tornar menos comum o reagrupamento familiar, uma vez que apesar da distância geográfica ser a mesma, hoje as deslocações são menos dispendiosas, mais comuns e mais variadas. Por último, temos de referir o desenvolvimento de Portugal nas últimas décadas. Apesar de ainda ser um país de emigração, temos de admitir que o seu desenvolvimento financeiro e social foi muito grande, e não se parece de todo ao país pobre e atrasado dos anos 1960. Apesar das várias razões que podemos apontar para explicar a emigração

dos dias de hoje, temos actualmente um país mais perto de outros países europeus mais desenvolvidos, e cuja as épocas de crise normalmente estão associadas aos demais países da UE. A redução das disparidades entre Portugal e as outras nações europeias, tornou-o menos repulsivo, e na verdade, desde a década de 1990, passou também a ser um país mais atractivo como destino de imigrantes.

Outras das características que podemos comparar são a idade dos emigrantes e o número de mulheres dentro deste grupo. A ideia de juventude na emigração manteve-se, no entanto, o grupo mais expressivo da actualidade (dados de 2003) é o que se situa entre os 15 e os 29 anos, que representa 45% do total, seguido pelo intervalo seguinte, dos 30 aos 44 anos, com 24%. A juventude dos emigrantes está marcada em todas as décadas, porém, segundo Rato (2008), existe uma tendência para o aumento dos emigrantes com menos de 29 anos. Quanto à evolução da presença das mulheres na emigração portuguesa, percentualmente, a presença feminina é mais pequena hoje em dia. Na década de 1960, o valor mais baixo foi de 30,7%, enquanto que entre 1992 e 2003, o valor mais alto esteve muito perto deste, situando-se nos 31,6%. Porém quando olhamos para a emigração temporária e permanente, encontramos grandes diferenças. As mulheres não parecem seguir a tendência geral quanto à emigração temporária, em comparação com os homens. Isto porque, na sua maioria, os valores destes dois tipos de emigração são próximos entre as emigrantes. Contudo, na emigração permanente, os valores não são tão díspares entre os sexos, sendo que no ano 2003, os valores são quase os mesmos (3415 homens e 3272 mulheres). Apesar dos claros desenvolvimentos na independência da mulher e do facto de as políticas serem globais, a ideia de que terá de ser o homem a tomar esse passo, ou que estará mais preparado para tal, continua ainda enraizada na cultura portuguesa. O reagrupamento familiar continua a ser uma realidade nos dias de hoje, e talvez isso possa explicar o facto de a emigração permanente ser tão expressiva no sexo feminino.

Por último, iremos analisar a evolução das qualificações dos emigrantes e percebermos onde se situam elas hoje em dia. Segundo Garcia *et al* (2000) o emigrante típico das décadas de 1960 e 1970, possuía baixas qualificações. Porém, num país que ainda hoje apresenta um número de analfabetos anormal para um país desenvolvido, temos na década de 1950, uma taxa de alfabetização que ronda os 60% e em 1960, os 70% (Candeias e Simões, 1999: 170). Estes dados indicam-nos que vários emigrantes não possuíam qualquer qualificação escolar, e com uma taxa de alfabetização tão baixa, as qualificações gerais da população não iam muito além das mínimas. Obviamente isto já não acontece hoje em dia, pois esta taxa de alfabetização já passou os 90%, e o analfabetismo apenas se encontra nas gerações mais velhas. Contudo, se avançarmos 50 anos,

encontraremos mudanças drásticas nas qualificações dos emigrantes portugueses? Se analisarmos os dados de 2003, descortinamos a realidade da emigração portuguesa. A ideia geral de uma emigração qualificada e especializada em grande escala, não existe na realidade. A maioria dos nossos emigrantes (81,1% em 2003) possui o 1º, 2º ou 3º ciclo. Na verdade, 40% possuem apenas o primeiro ciclo. Segundo estes dados sobre a emigração (INE, 2006), apenas 5,8% dos emigrantes eram licenciados, o que significa que a “fuga de cérebros” ou de pessoas qualificadas, não é muito representativa, dentro da emigração geral. Estes dados traduzem um pouco do que é a população portuguesa. Apesar de um número crescente de alunos no Ensino Superior e da qualificação geral da população, não nos podemos esquecer que um número muito representativo de portugueses possui ainda qualificações muito baixas, e que a massificação da educação, e mais especificamente no acesso ao Ensino Superior, é um acontecimento relativamente recente. Teremos de esperar, para podermos verificar se as políticas migratórias e a mobilidade europeias terão um dia um maior impacto nos portugueses mais qualificados, ou se continuará apenas apelativa para as pessoas com níveis de qualificações mais baixos. Podemos acreditar que a situação terá algum tipo de evolução porque, por exemplo, os programas de mobilidade são bastantes atractivos e populares entre os estudantes (Programa Erasmus) e os trabalhadores recém-licenciados (Programa Da Vinci). A adesão a estes programas, e a aceitação que vêm tendo no nosso país, podem ser um sinal de que a mobilidade pode vir a tornar-se mais apelativa e mais comum, num futuro próximo.

A emigração portuguesa sofreu as suas mudanças ao longo de várias décadas, porém ao fim de quase 50 anos de emigração intra-europeia, existem algumas características que parecem não ter sofrido alterações, tendo em conta todas as mudanças e desenvolvimentos de que Portugal foi palco. Contudo, através dos dados que são possíveis obter, uma vez que as saídas são um pouco mais difíceis de controlar, podemos concluir que estamos perante um país de emigração, com menos expressão do que em tempos passados, mas ainda assim uma realidade no quotidiano de muitos portugueses.

Conclusão

Para compreendermos o nosso tema na totalidade, isto é, a emigração portuguesa e a sua relação com as políticas migratórias europeia, investigamos diversos pontos. Iniciamos o nosso estudo com a análise das teorias migratórias, os seus argumentos e as suas projecções, que mais à frente interligamos com alguns dos acontecimentos da emigração portuguesa. Com uma base teórica segura, passamos à análise da emigração europeia, dentro do espaço de tempo que definimos para o nosso estudo, sendo este, a segunda metade do século XX até à actualidade. Esta análise foi feita para tomarmos conhecimento da realidade migratória europeia, para assim enquadrarmos o caso português e a sua posição dentro dos movimentos migratórios gerais. Desta forma, passamos ao estudo mais pormenorizado da emigração portuguesa, começando na década de 1960, quando a emigração se torna maioritariamente intra-europeia, e acompanhando a sua evolução até aos dias de hoje. Para tal, foram analisados não só os números que compõem a emigração, mas também as suas características e tendências. Por último, enumeramos e analisamos as políticas e as medidas europeias que têm sido tomadas, uma vez que estas regulam e influenciam os movimentos migratórios e a mobilidade europeias.

A análise de tudo isto mostrou-nos como Portugal continua, hoje em dia, a dar preferência aos países europeus como destino dos emigrantes, e que existem alguns países que se mantêm no topo das escolhas desde a década de 1960, como é o caso da França. Por outro lado, temos a Suíça, que surgiu como destino alternativo na década de 1980, mas que hoje em dia alterna com a França como o país que recebe mais emigrantes portugueses. A liberdade de circulação e a proximidade fez do Espaço *Schengen* um espaço privilegiado quanto aos movimentos emigratórios portugueses, com a excepção da Suíça, que apenas recentemente se integrou na totalidade.

A evolução das políticas europeias, trouxe algumas modificações nas características da emigração portuguesa, sendo a mais visível o aumento e a prevalência da emigração temporária sobre a permanente. A aposta na mobilidade europeia e a melhoria constante das vias de comunicação contribuíram largamente para a evolução da emigração temporária. Por outro lado, algumas particularidades mantiveram-se, como é o caso das poucas qualificações dos emigrantes portugueses, que apesar de terem aumentado, continuam a ser, no geral, muito baixas. Contudo, o desenvolvimento de programas de mobilidade podem dar o seu contributo para alguma alteração neste ponto, situação essa que só poderemos confirmar no futuro, se os dados o

permitirem. A representação feminina continua pequena, talvez resultado da diminuição da emigração permanente, uma vez que, ainda hoje, é neste tipo de emigração que as mulheres apresentam maior expressividade, representando, em 2003, metade dos emigrantes permanentes, quando a sua representação nunca atingiu um terço da emigração geral, entre 1992 e 2003. Em pouco mais de uma década, observamos, não só, o desenrolar de algumas tendências que já tinham sido iniciadas anteriormente, mas também à continuação de aspectos que sempre caracterizaram a emigração portuguesa. No entanto, apesar da evolução portuguesa em aspectos económicos, financeiros e sociais, somos ainda caracterizados como um país de emigrantes, fenómeno esse que apenas parece sofrer mutações, mas não aparenta ter um final.

Bibliografia

ACIDI (2008). 1.861 imigrantes ilegais morreram em 2007 quando tentavam chegar por via marítima ao Sul da UE. Acedido em 12/11/2009, em <http://www.acidi.gov.pt/modules.php?name=News&file=article&sid=2143>.

BAGANHA, M. (1994). As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional, *Análise Social*, vol. XXIX (128), pp. 959-980.

BAGANHA, M., Góis, P. (1999). Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, Coimbra; pp. 229-280.

BARRETO, A. (1995). Portugal na Periferia do Centro: mudança social, 1960 a 1995, *Análise Social*, vol. XXX (134), pp. 841-855.

BARRETO, A. (org.) (1996). *A situação social em Portugal 1960-1995*, Instituto de Ciências Sociais/ Universidade de Lisboa.

BARRETO, A. (2005). *Globalização e Migrações*, ICS - Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.

BARRETO, A., Pontes, J. (2007). *Portugal, Um Retrato Social 07: Um país como os Outros – A Formação de uma Sociedade Europeia*, Público – Comunicação Social, S.A., Tipografia Peres.

CASELLI, G., Vallin, J. e Wunsch, G. (2003). *Démographie: les déterminants de la migration*, INED, Paris.

CASTLES, S. (2005). *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios – dos trabalhadores convidados às migrações globais*, Edições Fim de Século.

CENTRO DE INFORMAÇÃO EUROPEIA JACQUES DELORS (s/d). *Cronologia da UE*. Acedido a 11 de Novembro de 2009 em <http://www.aprendereuropa.pt/sage.aspx?idCat=514&idMasterCat=300>

COMISSÃO EUROPEIA (2000). *Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu relativa a uma política da comunidade em matéria de imigração*, COM (2000) 757 Final.

COMISSÃO EUROPEIA (2008). *A Comissão Europeia regozija-se com a entrada da Suíça no Espaço Schengen*, Press Releases.

COMISSÃO EUROPEIA (2009). *Erasmus ultrapassa a fasquia dos dois milhões*. Acedido em 11 de Novembro de 2009, em http://ec.europa.eu/news/culture/091006_pt.htm

COMISSÃO EUROPEIA (s/d). *Schengen (European Union)*. Acedido em 11 de Novembro de 2009, em http://ec.europa.eu/youreurope/nav/pt/citizens/travelling/schengen-area/index_en.html

COMISSÃO EUROPEIA (2004). *Promover a solidariedade e apartilha dos encargos no domínio da política de asilo da UE*, Fundo Europeu para os Refugiados.

COMMISSION OF EUROPEAN COMMUNITIES (2007), *The single market: review of achievements*, Brussels.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA (2005). *Plano de acção do Conselho e da Comissão de aplicação do Programa de Haia sobre o reforço da liberdade, da segurança e da justiça na União Europeia*. Jornal Oficial C 198 de 12/08/2005.

DURAND, Y. (1997). *Histoire Générale de la Deuxième Guerre Mondiale*, Complexe, Bruxelles.

ERASMUS STUDENT NETWORK (2007). *Erasmus Programme*, <http://www.esn.org/students/erasmus.php> acedido a 11/11/2009

EUROSTAT (2008). *40% of immigrants who settled in the EU27 were citizens of EU27 Member States*, News Release, 162/2008.

GARCIA, J., et al (2000). *Portugal Migrante: emigrantes e imigrados, dois estudos introdutórios*, Celta Editora, Oeiras.

FAZITO, D.(2002). A análise das redes sociais (ARS) e a Migração: mito e realidade, *XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Ouro Preto, Migas Gerais, Brasil, 4-9 de Novembro de 2002

HERM, A. (2008). *Recent migrations trends: citizens of EU-27 Member States become ever more mobile while EU remains attractive to non-EU citizens*, Eurostat – Statistics in focus, 98/2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (1992). *Anuario 1992*, Capítulo III, 104-105.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2009). *Estimativas da população residente, Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios*, Destaque, INE

INE (2006), *Estatísticas dos movimentos migratórios*, INE.

INE (2004). *Emigração em Portugal (2003): maioritariamente temporária*, Destaque, INE

INE (2003). *Emigração em Portugal (2002) - Retrato da realidade emigratória em Portugal*, Destaque, INE

JANDL, M. (2004). The Estimation of Illegal Migration in Europe, *Studi Emigrazione/ Migration Studies*, vol. XLI, nº 154, pp. 141-155.

LAHAV, G. (2004). *Immigration and Politics in the New Europe: Reinventing Borders*, University Press, Cambridge.

LAVANGUARDIA (2008, 9 de Janeiro). El 92% de los inmigrantes ilegales que llegan a España es repatriado, *LaVanguardia*. Acedido em 12/11/2009, em <http://www.lavanguardia.es/lv24h/20080109/53426223258.html>

MARQUES, J. (2001). A emigração portuguesa para a Europa: desenvolvimentos recentes, *Janus 2001* in www.janusonline.pt

MARQUES, J. (2000). A inserção dos portugueses no mercado de trabalho suíço, *Actas do IV Congresso Português de Sociologia - Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos*, Universidade de Coimbra, 17-19 de Abril de 2000.

MATOS, C. (1993). Migrações: Decisões Individuais e Estruturas Sociais, *SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações*, 5/1993, Lisboa.

MORAIS, P. (2003). *Porto de partida, porto de chegada : a emigração portuguesa*, Âncora Editora, Lisboa.

MOREIRA, H. (2005). Emigração Portuguesa (Estatísticas retrospectivas e reflexões temáticas), *Revista de Estudos Demográficos*, nº 38, INE, pp 47-65

NIESSEN, J., Huddleston, T. e Citron, L. (2007). *Index de Políticas de Integração de Migrantes*, Fundação Calouste Gulbenkian.

OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO (2009). *França*. Acedido em 12/11/2009, em <http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/paises.html?id=74>

OECD (2007). *International Migration Outlook*, Edition 2007, OECD Publications.

PEIXOTO, J. (1993). Portugal e as migrações internacionais: as perspectivas de evolução, *Actas do II Congresso Português de Sociologia*, Volume I, Editorial Fragmentos, Lisboa.

PEIXOTO, J. (2004a). As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas, *SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações*, 11/ 2004, Lisboa.

PEIXOTO, J. (2004b). País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal, *SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações*, 02/ 2004, Lisboa.

PEIXOTO, J. (2007). Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal, *Análise Social*, vol. XLII (183), pp. 445-469.

RATO, H. (2008). O novo paradigma das migrações internacionais, *Janus 2008 – O que está a mudar no trabalho humano*, Anuário de Relações Exteriores, Universidade Autónoma/ Público.

REES, P., Stillwell, J., Convey, A. e Kupiszewski, M. (1996). *Population Migration in the European Union*, John Wiley & Sons, London.

SASAKI, E., ASSIS, G. (2000). Teorias das migrações internacionais, *XII Encontro Nacional da ABEP 2000*, Caxambu, Outubro de 2000, Brasil.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS (2008). Cidadãos estrangeiros com permanência regular em território nacional.

SILVA, R. (1991). Dois casos exemplificativos da emigração portuguesa desde 1966 à actualidade, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I Série, vol. VH, pp. 5-39.

STAHL, H.M., Ferreira do Amaral, J., Moniz, F. *et al* (1982). *Perspectivas da emigração portuguesa para a CEE 1980-1990*, Moraes Editores, Lisboa.

STATEC (2008), *Annuaire Statistique*, B. Population et employ, 59-106.

VITORINO, A. *et al* (2007). *Imigração: Oportunidade ou Ameaça – Recomendações do Fórum Gulbenkian Imigração*, Princípia Editora, Estoril.

ZLOTNIK, H. (2003). “Théories sur les migrations internationals” in Caselli, G., J. Vallin et G. Wunsch, *Démographie: les déterminants de la migration*, INED, Paris, pp.55-78.

UNIÃO EUROPEIA (1999). *Plano de acção do Conselho e da Comissão sobre a melhor forma de aplicar as disposições do Tratado de Amesterdão relativas à criação de um espaço de liberdade, de segurança e de justiça*. Jornal Oficial nº C 019 de 23/01/1999 p. 0001 – 0015. Acedido em 12/11/2009, em [http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:31999Y0123\(01\):PT:HTML](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:31999Y0123(01):PT:HTML)

UE (2007). *Acto Único Europeu*. Acedido em 11 de Novembro de 2009, em http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_singleact_pt.htm

UE (2007). *Direito à livre circulação e residência dos cidadão da União e dos membros das suas famílias*. Acedido em 11 de Novembro de 2009, em http://europa.eu/legislation_summaries/education_training_youth/lifelong_learning/l33152_pt.htm

UE (2008). *O espaço e a cooperação Schengen*. Acedido em 11 de Novembro de 2009, em http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/free_movement_of_persons_asylum_immigration/l33020_pt.htm

UE (s/d). *A história da União Europeia*. Acedido em 11 de Novembro de 2009, em http://europa.eu/abc/history/1990-1999/index_pt.htm acedido a 11/11/2009

UE (s/d). *Schengen (Acordo e Convenção)*. Acedido em 11 de Novembro de 2009, em http://europa.eu/scadplus/glossary/schengen_agreement_pt.htm

ANEXOS

ANEXO 1:

População estrangeira com residência legalizada (totais acumulados)

Ano	Nº total de estrangeiros residentes	Europeus	Africanos	Brasileiros
1960.....	20 514	18 092	96	611
1961.....	19 209	16 580	117	621
1962.....	19 940	17 373	110	599
1963.....	19 219	16 488	145	592
1964.....	18 823	15 685	106	695
1965.....	21 229	17 535	168	769
1966.....	22 635	18 306	188	933
1967.....	22 104	17 715	168	944
1968.....	22 907	17 968	262	1 044
1969.....	10 945	8 019	196	497
1970.....	24 703	18 709	221	1 330
1971.....	26 691	19 696	365	1 554
1972.....	28 108	19 645	450	1 935
1973.....	-	-	-	-
1974.....	32 057	21 797	434	2 667
1975.....	31 983	21 414	503	2 848
1976.....	32 032	19 889	2 463	3 169
1977.....	35 414	18 792	6 578	3 359
1978.....	41 807	17 439	13 144	3 765
1979.....	47 189	16 635	20 025	3 425
1980.....	58 091	17 706	27 748	4 136
1981.....	62 692	18 931	27 948	5 045
1982.....	68 153	19 924	28 903	5 941
1983.....	79 015	22 053	32 481	7 202
1984.....	89 625	23 896	37 128	7 997
1985.....	79 594	22 060	34 978	6 804
1986.....	86 982	24 040	37 829	7 470
1987.....	89 778	25 676	38 838	7 830
1988.....	94 453	27 280	40 253	9 333
1989.....	101 011	29 247	42 789	10 520
1990.....	107 767	31 410	45 255	11 413
1991.....	113 978	33 011	47 998	12 678
1992.....	122 348	34 732	52 148	14 158
1993.....	131 593	37 154	55 786	15 731
1994.....	157 073	41 819	72 630	18 612

Nota: *Estrangeiros com residência legalizada* – indivíduos de nacionalidade não portuguesa a quem foi concedida uma autorização de residência pelos serviços oficiais competentes.

Fonte: INE, *Estatísticas Demográficas*, e SEF do MAI (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do Ministério da Administração Interna)